

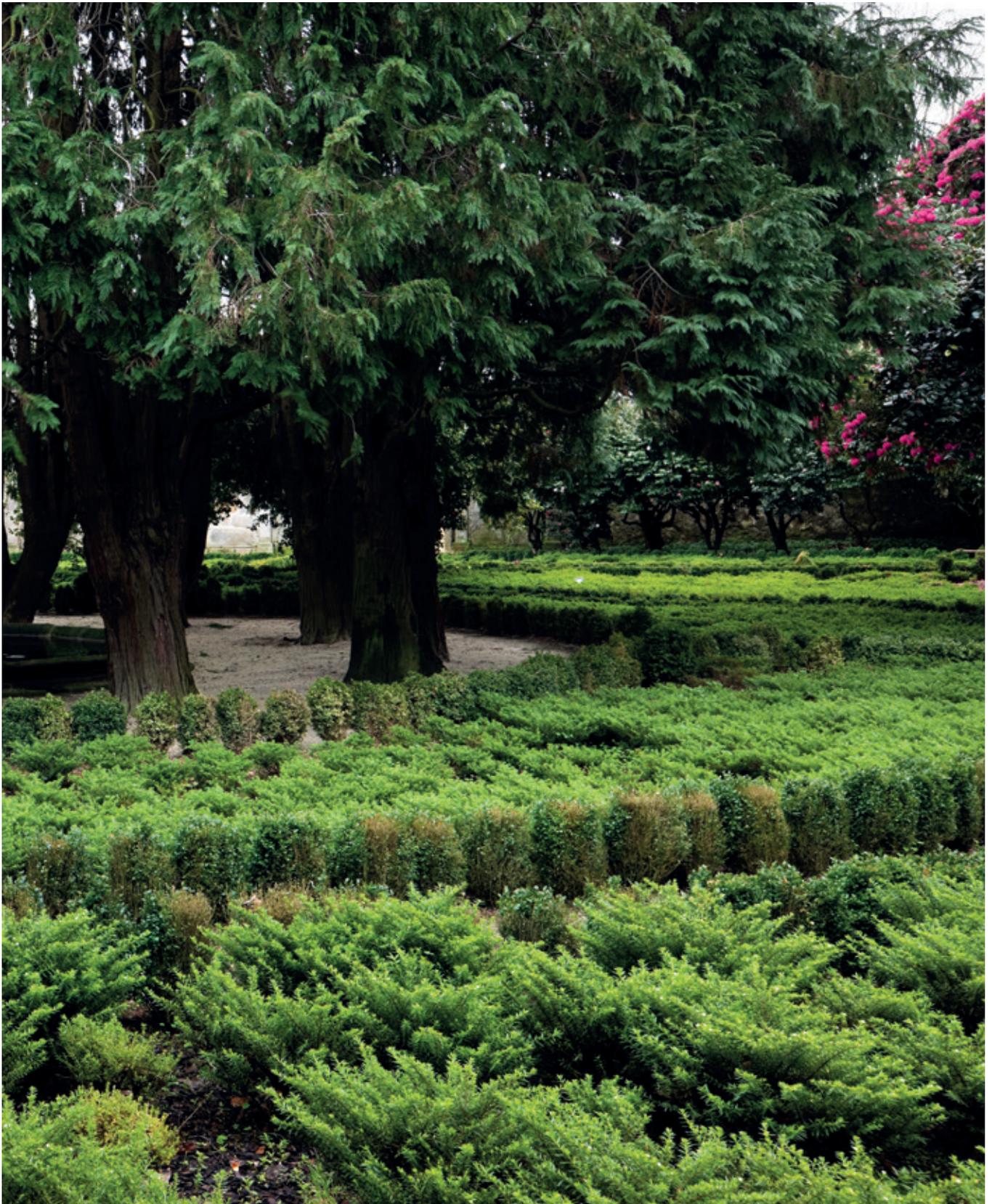


# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



O que  
prevemos  
raramente  
ocorre,  
o que menos  
esperamos  
geralmente  
acontece.

Benjamim Disraeli





# ÍNDICE DE CONTEÚDOS

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	8	GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	70
GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS	10	GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO	72
1. A ORGANIZAÇÃO E AS SUAS PRÁTICAS DE REPORTE	10	GRI 407: LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA	72
2. ATIVIDADES E COLABORADORES	12	GRI 408: TRABALHO INFANTIL	72
3. GOVERNANÇA	16	GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO	73
GRI 3: TEMAS MATERIAIS	36	GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA	73
GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO	38	GRI 411: DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS	73
GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO	40	GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS	74
GRI 203: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS	41	GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES	78
GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRA	43	GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS	79
GRI 205: ANTI-CORRUPÇÃO	43	GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR	79
GRI 206: CONCORRÊNCIA DESLEAL	45	GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM	80
GRI 207: TRIBUTOS	45	GRI 418: PRIVACIDADE DO CLIENTE	80
GRI 301: MATERIAIS	46		
GRI 302: ENERGIA	48		
GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES	50		
GRI 304: BIODIVERSIDADE	53		
GRI 305: EMISSÕES	54		
GRI 306: RESÍDUOS	56		
GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES	60		
GRI 401: EMPREGO	61		
GRI 402: RELAÇÕES DE TRABALHO	62		
GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	62		
GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO	68		

# ÍNDICE DE TABELAS

---

<b>Tabela 1: Produtos vendidos da QA discriminados por cliente-alvo.</b>	<b>12</b>
<b>Tabela 2: Caracterização da cadeia de fornecedores.</b>	<b>13</b>
<b>Tabela 3: Caracterização dos trabalhadores em 2024.</b>	<b>14</b>
<b>Tabela 4: Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comités.</b>	<b>17</b>
<b>Tabela 5: Total de preocupações cruciais comunicadas, por natureza.</b>	<b>22</b>
<b>Tabela 6: Ações de formação disponibilizadas pela SCMP no âmbito da incorporação de compromissos.</b>	<b>26</b>
<b>Tabela 7: Casos de não conformidade com leis e regulamentos em 2024.</b>	<b>30</b>
<b>Tabela 8: Principais resultados da avaliação de satisfação dos trabalhadores.</b>	<b>34</b>
<b>Tabela 9: Medidas propostas para cada âmbito da estratégia de sustentabilidade.</b>	<b>37</b>
<b>Tabela 10: Valor económico direto gerado distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€).</b>	<b>38</b>
<b>Tabela 11: Valor económico distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€).</b>	<b>39</b>
<b>Tabela 12: Apoio financeiro recebido em 2024.</b>	<b>40</b>
<b>Tabela 13: Descrição dos investimentos significativos efetuadas em 2024 e respetivos impactos esperados.</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 14: Descrição dos exemplos de impactos económicos indiretos significativos já identificados.</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 15: Caracterização da comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção.</b>	<b>44</b>
<b>Tabela 16: Quantidade de casos de corrupção confirmados e das medidas tomadas.</b>	<b>44</b>
<b>Tabela 17: Tipos e quantidades de materiais utilizados em 2024, por categoria.</b>	<b>46</b>
<b>Tabela 18: Descrição e quantificação dos produtos e embalagens reaproveitados em 2024.</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 19: Discriminação do consumo total de combustíveis, por fonte.</b>	<b>48</b>
<b>Tabela 20: Discriminação da captação total de água, por fonte.</b>	<b>51</b>
<b>Tabela 21: Caracterização dos resíduos não destinados para deposição final, em 2024.</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 22: Caracterização dos resíduos destinados para deposição final, em 2024.</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 23: Análise dos fornecedores quanto a impactos ambientais negativos.</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 24: Taxa de rotatividade de trabalhadores contratados em 2024, por sexo e faixa etária.</b>	<b>61</b>

<b>Tabela 25: Dados referentes à licença de maternidade/paternidade.</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 26: Dados referentes ao sistema de gestão de SST.</b>	<b>65</b>
<b>Tabela 27: Indicadores sobre acidentes de trabalho.</b>	<b>66</b>
<b>Tabela 28: Indicadores sobre doenças profissionais.</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 29: Média de horas de capacitação para os trabalhadores, discriminada por sexo e por categoria profissional.</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 30: Distribuição de novos trabalhadores por sexo e por faixa etária.</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 31: Proporção entre o salário-base e a remuneração, por sexo, para cada categoria profissional.</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 32: Compilação dos programas de desenvolvimento local e dos planos de envolvimento das partes interessadas.</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 33: Indicadores de atividade no EPSCB-F.</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 34: Compilação dos conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança do trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos.</b>	<b>78</b>
<b>Tabela 35: Análise dos fornecedores quanto a impactos sociais negativos.</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 36: Quantificação de queixas relativas a violação da privacidade de titulares de dados e de fugas, furtos ou perdas de dados.</b>	<b>80</b>

# ÍNDICE DE FIGURAS

---

<b>Figura 1: Setores de atuação em 2024.</b>	<b>12</b>
<b>Figura 2: Identificação das partes interessadas.</b>	<b>33</b>
<b>Figura 3: Objetivos definidos para a estratégia de sustentabilidade 2022-2025.</b>	<b>36</b>
<b>Figura 4: Distribuição de consumo de água por área de exploração, em ML.</b>	<b>51</b>
<b>Figura 5: Distribuição da produção de emissões diretas de CO<sub>2</sub>, em toneladas métricas.</b>	<b>54</b>
<b>Figura 6: Distribuição da tipologia de resíduos produzidos, em toneladas métricas.</b>	<b>57</b>
<b>Figura 7: Distribuição do número total de novas contratações por sexo e por faixa etária.</b>	<b>61</b>
<b>Figura 8: Distribuição percentual da avaliação de desempenho regular recebida, por categoria profissional.</b>	<b>69</b>
<b>Figura 9: Distribuição percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança por sexo e por categoria profissional.</b>	<b>70</b>

# LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

<b>CAC</b>	Centro de Atendimento Clínico
<b>CAS</b>	Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins
<b>CHCF</b>	Centro Hospitalar Conde de Ferreira
<b>CIAD</b>	Centro Integrado de Apoio à Deficiência
<b>CNSE</b>	Colégio Nossa Senhora da Esperança
<b>CR</b>	Casa da Rua – D. Lopo de Almeida
<b>DGAP</b>	Departamento de Gestão Administrativa e do Património
<b>DGOSI</b>	Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação
<b>DIS</b>	Departamento de Intervenção Social
<b>e-GAR</b>	Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos
<b>EPSCB-F</b>	Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino
<b>ERPI</b>	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
<b>GAI</b>	Gabinete de Auditoria Interna
<b>GAJC</b>	Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso
<b>GAP</b>	Gabinete de Apoio à Provedoria
<b>GEE</b>	Gases com Efeito de Estufa
<b>GJ</b>	Gigajoules
<b>GMC</b>	Gabinete de Marketing e Comunicação
<b>GRC</b>	Gabinete Religioso e Culto
<b>GRI</b>	Global Reporting Initiative
<b>HP</b>	Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz
<b>IPSS</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>ITAU</b>	Instituto Técnico de Alimentação Humana
<b>ML</b>	Megalitros
<b>MMIPO</b>	Museu e Igreja da Misericórdia do Porto

<b>NPISA Porto</b>	Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OGR</b>	Operador de Gestão de Resíduos
<b>PAM</b>	Parque Avides Moreira
<b>PPRCIC</b>	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
<b>QA</b>	Quinta D’Alva
<b>REEE</b>	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
<b>SAC</b>	Serviço de Apoio ao Cliente
<b>SCMP</b>	Santa Casa da Misericórdia do Porto
<b>SPeC</b>	Serviços Partilhados e Corporativos
<b>SST</b>	Segurança e Saúde no Trabalho
<b>UO</b>	Unidades Operacionais



# INTRODUÇÃO

---

Findo o ano 2024, a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) divulga o seu Relatório de Sustentabilidade para o ano do seu 525º aniversário. Esta longevidade pode ser vista, de certo modo, como uma prova da sustentabilidade da organização ao longo do tempo, ainda que exista um longo caminho neste âmbito.

O presente relatório procura reportar como as três dimensões da sustentabilidade - social, ambiental e económica - foram abordadas no decorrer do ano em reporte, sendo este um desafio na medida em que a atividade da SCMP é maioritariamente de cariz social, não descurando as restantes valências, e muitas vezes pode ser confundida com a matéria em reporte. Como tal, este relatório tem por objetivo fornecer um quadro abrangente dos impactos mais significativos da SCMP na economia, no meio ambiente e nas pessoas, englobando todas as suas operações.

Mantendo a linha de reporte dos últimos anos, este relatório foi elaborado de acordo com a última versão em vigor das normas da Global Reporting Initiative (GRI), disponíveis no seu endereço eletrónico à data da sua elaboração. A sua estrutura encontra-se alinhada com a das normas GRI, estando as secções de acordo com os títulos das mesmas e tendo sido procurado dar respostas aos respetivos requisitos e orientações.

# GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS

## 1. A ORGANIZAÇÃO E AS SUAS PRÁTICAS DE REPORTE

### DETALHES DA ORGANIZAÇÃO

(2-1)

A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, também designada por SCMP ou Misericórdia do Porto, foi fundada a 14 de março de 1499, constituída na ordem jurídica canónica, de acordo com o disposto no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto.

A SCMP é reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), em conformidade com o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, na sua redação atual, detendo o estatuto de utilidade pública.

A sua sede situa-se na Rua das Flores, n.º 5, 4051-801 Porto, sendo que o seu Centro Corporativo, denominado como Serviços Partilhados e Corporativos (SPeC), localiza-se na Rua Joaquim de Vasconcelos, n.º 79, 4050-311 Porto, onde são prestados os principais serviços de suporte transversais à Instituição e se centralizam os Corpos Gerentes. A atividade é desenvolvida no Norte de Portugal, maioritariamente no concelho do Porto. Adicionalmente, também são realizadas atividades nos concelhos de Matosinhos e de Freixo de Espada à Cinta.

### ENTIDADES INCLUÍDAS NO REPORTE DE SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO

(2-2)

Para a elaboração do presente relatório, e por forma a dar resposta às normas GRI, foram considerados os contributos fornecidos pelos interlocutores das Unidades Operacionais (UO) e dos departamentos/gabinetes que compõem a SCMP, nomeadamente:

- Casa da Prelada (CP);
- Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF);
- Colégio Nossa Senhora da Esperança (CNSE);
- Departamento de Contabilidade e Finanças;
- Departamento de Gestão Administrativa e do Património (DGAP);
- Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (DGOSI);
- Departamento de Intervenção Social (DIS);
- Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional;
- Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo – Feminino (EPSCB-F);
- Gabinete de Apoio à Provedoria (GAP);
- Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC);
- Gabinete de Auditoria Interna (GAI);
- Gabinete de Marketing e Comunicação (GMC);
- Gabinete do DPO;
- Gabinete Religioso e Culto (GRC);
- Green Serviços;
- Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz (HP);
- Museu e Igreja da Misericórdia do Porto (MMIPO);
- Quinta D'Alva (QA);
- Serviço de Apoio ao Cliente (SAC).

## PERÍODO DE REPORTE, FREQUÊNCIA E PONTO DE CONTACTO (2-3)

A elaboração do relatório de sustentabilidade da SCMP é anual. Neste sentido, o de 2024 contém o reporte de atividades nessa matéria respeitante ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro desse ano, estando alinhado com o período do reporte financeiro, que pode ser consultado no Relatório de Gestão e Contas de 2024.

As informações relatadas e constantes nas várias secções para o efeito foram obtidas até ao mês de março de 2025.

Na eventualidade de qualquer dúvida e/ou questão sobre as informações constantes neste relatório, dever-se-á contactar os responsáveis pelo mesmo através do endereço de correio eletrónico [sustentabilidade@scmp.pt](mailto:sustentabilidade@scmp.pt) ou contacto telefónico da Instituição: +351 220 924 422.

## REFORMULAÇÕES DE INFORMAÇÕES (2-4)

Em relatórios anteriores, a localização da sede estava a ser reportada como se se situasse nos SPeC, mais concretamente na Rua Joaquim de Vasconcelos, n.º 79, 4050-311 Porto. Contudo, esta informação não está correta, uma vez que a mesma se situa na Rua das Flores, n.º 5, 4051-801 Porto.

Adicionalmente, no relatório de 2023 foi incorretamente indicado que a atualização do Boletim de Vacinas era da responsabilidade da Medicina no Trabalho.

## VERIFICAÇÃO EXTERNA (2-5)

Não é prática da SCMP recorrer a verificações externas para o reporte de sustentabilidade, pelo que não está definida nenhuma política para o efeito.



# GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS

## 2. ATIVIDADES E COLABORADORES

### ATIVIDADES, CADEIA DE VALOR E OUTRAS RELAÇÕES DE NEGÓCIOS

(2-6)

#### Setores de atuação

Na Figura 1 apresentam-se os setores de atividade em que a SCMP atua, de acordo com o sistema de classificação International Standard Industrial Classification of All Economic Activities.

Agricultura
Arrendamento
Artes e Cultura
Educação
Saúde
Social

Figura 1: Setores de atuação em 2024.

Para além dos setores de atuação identificados na figura supra, a SCMP agrega, ainda, as áreas de Justiça e do Ambiente.

#### Descrição da cadeia de valor

As atividades realizadas e os serviços prestados podem ser consultados no Relatório de Gestão e Contas de 2024. No que concerne aos produtos da SCMP, destacam-se os provenientes da QA destinados para venda, que se apresentam na Tabela 1 por tipo de produto e os respetivos clientes-alvo.

Descrição	Cliente
Laranjas	SCMP Instituto Técnico de Alimentação Humana (ITAU)
Tangerinas	SCMP ITAU
Uvas de mesa	SCMP ITAU
Uvas de vinho	SOGRAPE
Azeitona	PORTTABLE
Amêndoa	SCMP Cooperativa Agrícola de Produtores de Amêndoa de Trás dos Montes e Alto Douro
Outros produtos	SCMP

Tabela 1: Produtos vendidos da QA discriminados por cliente-alvo.

No que respeita à cadeia de fornecedores da SCMP, na Tabela 2 apresenta-se a caracterização dos mesmos, de acordo com os dados recolhidos.

Estrutura de fornecedores	Descrição
Tipos de fornecedores	Dada a abrangência da central de compras, não é possível listar todo o tipo de fornecedores. São adquiridos todo o tipo de produtos, com a exceção de produtos não industrializados, de onde se destacam o fardamento, palamenta, fraldas e outros descartáveis, detergentes, utensílios de limpeza, sacos de plástico, produtos de higiene, consumíveis, equipamentos hospitalares, entre outros.
N.º estimado de fornecedores para cada nível da cadeia	Informação indisponível
Tipos de atividades cujos produtos e serviços da SCMP são realizadas pelos seus fornecedores	Alimentação, limpeza, segurança, subcontratos clínicos, lavandaria e conservação e reparação de infraestruturas.
Natureza das relações de negócios com os fornecedores	Dada a abrangência das compras realizadas, existem fornecedores de todos os tipos, nomeadamente de longo, médio e curto prazo. A relação com o fornecedor depende muito do tipo de bem ou serviço fornecido, podendo estes serem considerados como estratégicos ou críticos. Nestes casos, a relação com o fornecedor é mais propícia a ser de longa data, sendo, por vezes, considerado como parceiro. Em termos de relação contratual, existem fornecedores com e sem contrato formal.
Características setoriais específicas da sua cadeia de fornecedores	Informação indisponível
Valor monetário estimado de pagamentos efetuados aos fornecedores	29.064.087,50 €
Localização geográfica dos fornecedores	Aproximadamente 99 % estão baseados em Portugal Continental, no qual 95 % são da área metropolitana do Porto, cuja distância é inferior a 100 km da SCMP, o que permite controlar melhor a cadeia de abastecimento, como também evitar uma pegada de carbono elevada.

Tabela 2: Caracterização da cadeia de fornecedores.

### Outras relações de negócios relevantes

No decorrer de 2024 várias UO, departamentos e gabinetes mantiveram outras relações de negócio com diversas organizações que foram relevantes, para si e para a Instituição no seu todo. Enumeram-se alguns desses exemplos:

- Colaboração com a Catorze de Outubro - Suites & Events, Lda., que trabalha no âmbito cultural, no sentido de proporcionar música durante as celebrações religiosas;
- Colaboração com as empresas Segunda Família e Habiafetos, permitindo suprimir necessidades pontuais de recursos humanos essenciais à normal operação das UO;
- Colaboração com profissionais de diferentes áreas da cultura, com o objetivo de alargar a oferta cultural ao público, como por exemplo oficinas práticas ou sessões teóricas especializadas;
- Contratualização da plataforma Actif, de forma a proporcionar atividades lúdicas, recreativas e físicas que complementam a atividade desenvolvida pelos técnicos das UO;

- Empréstimos de peças de arte para incorporar exposições temporárias de outras instituições culturais da cidade, como por exemplo o Ateliê António Carneiro e a Trindade Experience;
- Parcerias que permitem que os noventa (90) clientes da valência do Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão usufruam de determinadas atividades, nomeadamente piscina, golf adaptado e hipoterapia;
- Participação em reunião com DPO da área da saúde realizada em 25 de outubro de 2024 no âmbito do acesso às aplicações dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. É também partilhada regularmente por este grupo, toda a experiência adquirida e conhecimento no âmbito da proteção de dados;
- Participação nas reuniões da Rede Social do Porto, organizadas pela Câmara Municipal do Porto, fomentando a cooperação entre várias entidades públicas e privadas no concelho, com o objetivo de combater a exclusão social e promover o desenvolvimento social local;
- Celebração de protocolo de parceria com a Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, para o fornecimento de folhas para o bicho-da-seda, provenientes da plantação de amoreiras;
- Realização de destaques expositivos em colaboração com outras marcas, que visam uma colaboração cultural e comercial;
- Relação de proximidade com a MethaTeka, que tem vindo a desenvolver novas soluções em colaboração com a SCMP no âmbito do programa ANKIRA, permitindo alargar o seu leque de resposta.

## COLABORADORES

(2-7)

O número total de trabalhadores é de mil duzentos e sessenta e um (1.261), no qual trezentos e cinco (305) correspondem ao sexo masculino e novecentos e cinquenta e seis (956) ao sexo feminino. Na Tabela 3 apresenta-se a discriminação do total de empregados, por sexo e por tipo de vínculo contratual, não tendo sido possível discriminar por região.

Indicadores	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Descrição Total
N.º de trabalhadores a contrato sem termo	264	790	1054
N.º de trabalhadores a contrato incerto	6	36	40
N.º de trabalhadores a contrato a termo	35	130	165
N.º de trabalhadores em tempo integral	297	954	1251
N.º de trabalhadores em tempo parcial	8	2	10

Tabela 3: Caracterização dos trabalhadores em 2024.

Os dados apresentados foram compilados através da consulta na plataforma BI, tendo-se procedido à média anual do número de trabalhadores ativos em 2024.

## TRABALHADORES QUE NÃO SÃO EMPREGADOS

(2-8)

Em relação ao número total de trabalhadores que não são empregados e cujo trabalho é controlado pela SCMP, contabilizaram-se oitocentos e cinco (805), nos quais se inserem estagiários, prestadores de serviço a contrato e voluntários.

É de destacar que este valor não está contabilizado no número total de trabalhadores.

No que respeita ao número de estagiários, registaram-se seiscentos e nove (609) estágios, nomeadamente, vinte e seis (26) cofinanciados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e quinhentos e oitenta e três (583) estágios curriculares.

Para a compilação dos dados supracitados, foi consultada a base de dados onde se encontra registada a informação relativa aos estagiários que exerceram atividade na SCMP, nomeadamente, o seu número, a entidade formadora, a área de formação e o período de estágio, tendo sido contabilizado o número total. Apesar de este valor não se tratar de uma média, verificou-se que nos meses de julho e agosto os estágios curriculares sofreram uma diminuição bastante acentuada.

Em seguida, o número de prestadores de serviço a contrato foi de cento e sessenta e seis (166), dos quais quarenta e um (41) eram do sexo masculino e cento e vinte e cinco (125) do sexo feminino. Estes dados foram extraídos da plataforma GIAF, permitindo contabilizar o número total de prestadores de serviço a contrato no decorrer do ano.

Por fim, contabilizaram-se, também, trinta (30) voluntários dispersos pelas UO, que desempenharam diversas funções, como por exemplo o apoio no serviço de cozinha do Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD) e no acolhimento, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento dos visitantes do HP. Este valor foi calculado através da compilação dos dados obtidos.



## 3. GOVERNANÇA

### ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E SUA COMPOSIÇÃO (2-9)

A estrutura de governança encontra-se definida no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto em vigor, que pode ser consultado na página oficial da SCMP.

Constituem Governo da SCMP, e seus Corpos Gerentes, a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Definitório, cujas competências se apresentam de seguida.

#### Assembleia Geral

Nos termos do disposto no artigo 37.º do referido Compromisso, para se ser membro da Assembleia Geral, é necessário ser Irmão e estar em pleno gozo dos seus direitos, sendo que esta Assembleia só pode ocorrer em primeira convocação, com a maioria dos Irmãos inscritos presentes.

Ao abrigo do disposto no artigo 40.º do mesmo instrumento, compete à Assembleia Geral definir as linhas orientadoras de atuação da SCMP; eleger os Corpos Gerentes; apreciar e votar as alterações ao Compromisso; julgar os processos de recurso de rejeição da admissão ou exclusão de Irmãos; autorizar a realização de empréstimos; destituir os Corpos Gerentes; apreciar e votar anualmente o Plano de Atividades e Orçamento e o Relatório de Gestão e Contas; deliberar sobre a aquisição onerosa ou alienação de imóveis e de outros bens de especial valor histórico ou artístico, e aprovar o Regulamento Eleitoral.

#### Mesa Administrativa

Segundo o n.º 2 do artigo 44.º, compete à Mesa Administrativa a designação de um Vice-Provedor e do Tesoureiro Geral. Compete, ainda, nos termos do artigo 50.º, promover atos conducentes à concretização dos fins da Irmandade; velar pela manutenção dos direitos, privilégios e regalias da Irmandade, e sobretudo, pela sua autonomia; cumprir todos os legados e obrigações a que a Irmandade esteja sujeita; regular a arrecadação de todos os bens, fundos, capitais e rendimentos da Irmandade e dar-lhes a devida aplicação e emprego; contribuir para o engrandecimento da Irmandade e da sua obra

de solidariedade social; garantir a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Definitório; e admitir, rejeitar, suspender ou excluir Irmãos.

Para além disso, compete-lhe, ainda, manter atualizado o tomo dos irmãos; administrar os bens, obras e serviços da Irmandade; apreciar, discutir, alterar e aprovar os Orçamentos de Exploração e Investimento, Contas de Gerência, Relatórios de Gestão e Contas e Plano de Atividades e Orçamento; acompanhar a gestão e execução do orçamento; promover a arrecadação de receitas e a liquidação de despesas previstas no orçamento; deliberar sobre a aceitação das heranças, legados e donativos à Irmandade, bem como sobre o quadro de pessoal e respetivas remunerações, entre outros.

#### Definitório

Compete ao Presidente do Definitório a eleição do Vice-Presidente e do Secretário, que ocorre na primeira reunião, conforme o n.º 3 do artigo 54.º do Compromisso.

As competências do Definitório estão definidas no artigo 57.º, destacando-se, designadamente: fiscalizar o cumprimento da Lei, do Compromisso e das deliberações da Assembleia Geral; examinar as contas e respetivos documentos contabilísticos; apreciar e emitir parecer sobre o Orçamento, Demonstrações Financeiras e Relatório de Atividades; requerer a convocação da Assembleia Geral para deliberar sobre assuntos das suas competências; designar Irmãos que tenham sido membros de Corpos Gerentes anteriores para servirem como Mesários e autorizar a realização de despesas imprevistas.

Na Tabela 4 listam-se os órgãos e comissões do mais alto órgão de governança que são responsáveis pela tomada de decisão e pela supervisão da gestão dos impactos da SCMP na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

Órgão	Função	Membros
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>	Presidente	Jorge Rui Moia Pereira Cernadas
	Vice-Presidente	José Manuel Lemos Pavão
	Secretário	António José Barbosa Samagaio
	Secretário	Victor Guilherme Barrosa Pereira Dias
	Provedor	António Tavares
<b>Mesa Administrativa</b>	Vice-Provedor	Francisco Castelo Branco
	Tesoureiro-Geral	Joaquim da Silva Vianez
	Mesário	Francisco Ribeiro da Silva
	Mesário	Manuel Pinto Teixeira
	Mesário	Maria Albertina Amorim Coelho
<b>Definitório</b>	Mesário	Nuno Paulo Fernandes Oliveira
	Presidente	António José Ramalho Monteiro
	Membro	Justino Cruz dos Santos
	Membro	José Carlos Pires Póvoas
	Membro	Alexandra Josefa Rodrigues Afonso
<b>Comissão Executiva</b>	Membro	Nuno Camilo Mota Oliveira
	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Castelo Branco
<b>Conselho Executivo do CHCF</b>	Vogal	Jorge Lima
	Presidente	Francisco Castelo Branco
	Vice-Presidente	Maria Albertina Amorim Coelho
	Vogal	Ângelo Duarte
	Vogal	Nuno Trovão
<b>Conselho Executivo do HP</b>	Vogal	Ana Guimarães
	Presidente	António Tavares
	Vogal	Varejão Pinto
<b>Conselho Executivo do EPSCB-F</b>	Vogal	Filomena Maia
	Vogal	Jorge Lima
	Presidente	António Tavares
<b>Conselho Executivo Social</b>	Vogal	Francisco Castelo Branco
	Vogal	Albertina Amorim
	Vogal	João Belchior
	Vogal	Jorge Lima

Órgão	Função	Membros
<b>Conselho Executivo das Artes e Cultura</b>	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Ribeiro da Silva
	Vogal	Pedro Nunes
	Vogal	Paula Aleixo
	Vogal	Jorge Lima
<b>Conselho Executivo da Educação</b>	Presidente	António Tavares
	Vogal	Nuno Oliveira
	Vogal	Sónia Rocha
	Vogal	Ricardo Rocha
<b>Comissão de Ética para a Saúde</b>	Presidente	José Almeida Lopes
	Vice-Presidente	António Rosmaninho Seabra
	Vogal	Amélia Ferreira
	Vogal	Cláudia Nascimento
	Vogal	Ana Isabel Campos
	Vogal	Jorge Cunha
	Secretária	Anabela Monteiro
	Assessoria Administrativa	Lídia Neves
<b>Comissão de Auditoria</b>	Presidente	Joaquim Vianez
	Vogal	António Monteiro
	Vogal	Jorge Lima
<b>Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados</b>	Presidente	Nuno Oliveira
	Vogal	Isabel Mendes
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Joaquim Sala
	Vogal	Rita Proença
<b>Comissão de Programas e Projetos</b>	Presidente	António Tavares
	Vogal	Jorge Lima
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Joana Silva
	Vogal	Ana Bastos
<b>Comissão de Transição Digital e Modernização Administrativa</b>	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Castelo Branco
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	André Sousa
	Vogal	Jorge Lima
<b>Comissão de Avaliação Preliminar de Decisões de Investimento e Financiamento</b>	Presidente	Joaquim Vianez
	Vogal	Manuel Figueiredo
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Cláudia Soares
	Vogal	André Sousa

Tabela 4: Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comités.

## NOMEAÇÃO E SELEÇÃO PARA O MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA

(2-10)

O processo de nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados para selecionar os membros, estão definidos no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto e no Estatuto Orgânico da SCMP.

Assim, em conformidade com as disposições constantes nos referidos instrumentos:

- Os candidatos aos mais altos órgãos de governança devem apresentar os seus nomes em listas eleitorais, que deverão ser expostas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com pelo menos quinze dias de antecedência face à data das eleições;
- As eleições da Mesa da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório realizam-se, de quatro em quatro anos, por voto secreto dos Irmãos que venham a participar no ato;
- A Assembleia Eleitoral deve ser convocada pelo menos trinta dias antes do ato eleitoral;
- A Mesa Administrativa pode criar uma Comissão Executiva, a quem cabe a gestão corrente da Irmandade, executando e fazendo executar as suas deliberações, de acordo com os poderes que lhe forem delegados, e será composta pelo número de membros definidos e previstos;
- Os Órgãos de Gestão Estratégica da SCMP, nomeadamente, a Comissão Executiva e os Conselhos Executivos das respetivas áreas, são nomeados pela Mesa Administrativa;
- O Presidente de cada um dos Órgãos de Gestão Estratégica deverá nomear como secretário um dos elementos do Órgão, que será responsável pela elaboração das atas de reunião.

## PRESIDENTE DO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA

(2-11)

Conforme ilustrado anteriormente (GRI 2-9), o Provedor, que dirige os trabalhos da Mesa Administrativa, em conformidade com o disposto no Regimento da Mesa Administrativa da SCMP, é também membro de outros cargos executivos da Instituição, no que respeita aos Órgãos de Gestão Estratégica, cujas funções encontram-se descritas no Estatuto Orgânico da SCMP.

## PAPEL DESEMPENHADO PELO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA NA SUPERVISÃO DA GESTÃO DOS IMPACTOS

(2-12)

A Mesa Administrativa, no âmbito das suas competências, procede à análise e aprovação de propostas de trabalho, políticas e estratégias que visem promover os objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável, através dos canais para o efeito.

## DELEGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO DE IMPACTOS

(2-13)

A SCMP gera impactos significativos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, procurando minimizar os impactos prejudiciais que possam surgir, resultante da missão e do tipo de serviços prestados. Neste sentido, por via de normativo interno ou deliberação superior, podem ser delegadas responsabilidades para o reporte e gestão dos impactos de determinadas matérias e nomeadas as pessoas para o efeito, de que são exemplos as ações aprovadas em matéria de controlo de consumo energético, produção de resíduos, desperdício alimentar, entre outros.

No que concerne ao impacto no meio ambiente e na economia, o DGOSI procede mensalmente ao registo dos consumos de água, eletricidade, gás e produção de resíduos, com o intuito de detetar eventuais fugas e monitorizar os consumos exagerados. Uma vez por ano, são realizadas auditorias internas em matéria ambiental a cada UO, sendo elaborados relatórios das mesmas e, posteriormente, enviados à Comissão Executiva para os devidos efeitos.

## PAPEL DESEMPENHADO PELO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA NO REPORTE DE SUSTENTABILIDADE

(2-14)

Nos termos das competências definidas no Estatuto Orgânico da SCMP, compete ao DGOSI o procedimento de recolha e análise de dados, bem como a elaboração do presente relatório. Este procedimento implica o envolvimento de cada área de atuação, através da nomeação de interlocutores, pelos respetivos superiores hierárquicos, que fornecem os dados relevantes para dar resposta aos requisitos das normas GRI aplicáveis.

O presente relatório foi revisto pela Direção do DGOSI e posteriormente submetido para análise e aprovação pela Comissão Executiva, com vista a garantir a qualidade e credibilidade do mesmo. Após a análise, a Comissão Executiva enviou para a Mesa Administrativa, para posterior apresentação, na Assembleia Geral.

## CONFLITOS DE INTERESSE

(2-15)

A nível de processos existentes na Instituição para garantir que os conflitos de interesse são prevenidos e mitigados, são tidos em conta um conjunto de diretrizes que garantam a transparência e a integridade na tomada de decisões, sendo utilizados mecanismos de ajuda para que estas sejam tomadas com imparcialidade e devido sigilo. Neste sentido, devem ser considerados o Código de Ética e Conduta da SCMP e outros normativos internos que previnam a existência de conflitos, destacando-se o seguinte:

- No início de cada trabalho de auditoria, por parte do GAI, decorrente da norma 1130 – Prejuízo à Independência ou à Objetividade do Institute of Internal Auditors, a equipa selecionada assina um documento em que se compromete a não existir nenhum tipo de prejuízo pessoal em relação àquele trabalho, nomeadamente, o conflito de interesses. Adicionalmente, os trabalhadores com função de auditor interno estão inscritos no Instituto Português de Auditoria Interna;
- No âmbito dos trabalhos do GAJC, sempre que se tome conhecimento de um conflito de interesse, o mesmo é avaliado casuisticamente e é reportado superiormente ao órgão competente. Na revisão do Código de Ética e Conduta da SCMP foram implementadas normas específicas de incompatibilidades de funções e cargos, suportados na declaração de conflitos de interesses assinada por cada trabalhador.

## COMUNICAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES CRUCIAIS

(2-16)

No que respeita à comunicação de preocupações sobre a conduta organizacional na operacionalização da atividade e nas relações de negócios, existe um procedimento de comunicação e tratamento para o reporte de denúncias, ao abrigo da legislação em vigor. Neste sentido, foram reportadas cinquenta e quatro (54) denúncias, das quais vinte e seis (26) foram consideradas procedentes relacionadas com o incumprimento dos normativos internos.

O referido procedimento é composto por quatro fases, que se apresentam de seguida:

### Classificar

Após receção da denúncia, o Classificador procede à classificação de acordo com as seguintes categorias:

- Contratação pública;
- Branqueamento de capitais;
- Segurança e conformidade dos produtos;
- Segurança dos transportes;
- Proteção do ambiente;
- Segurança dos alimentos para consumo humano;
- Saúde pública;
- Defesa do consumidor;
- Proteção da privacidade e dos dados pessoais, segurança da rede e dos sistemas de informação;
- Proteção contra radiações e segurança nuclear;
- Assédio moral / sexual;
- Condutas que não estejam em conformidade com normas, regulamentos e/ou políticas e procedimentos internos da SCMP;
- Conflito de interesses;
- Crimes de corrupção e infrações conexas;
- Outros.

Uma vez classificada a denúncia, o classificador:

- Remete a denúncia ao responsável pelo tratamento do GAI; ou
- Remete a denúncia ao GAJC, caso os factos alegados na denúncia consubstanciem, em abstrato, a prática de um crime público;
- No caso de denúncias reportadas pelos restantes denunciante (fornecedores/prestadores de serviços/contratantes, ex-trabalhadores, pessoas pertencentes a entidades de fiscalização ou de supervisão externas), o classificador realiza uma avaliação prévia da consistência da mesma e envia ao Provedor uma informação em que conste a respetiva classificação e vínculo do denunciante à SCMP, para decisão sobre o seguimento a dar-lhe.

### Tratar denúncia

Após classificação e remissão da denúncia ao responsável pelo tratamento, este envia ao denunciante um aviso de receção, no prazo máximo de sete (7) dias a contar da receção da mesma.

Segue-se a fase de averiguação interna, no âmbito do qual o responsável pelo tratamento:

- Averigua o grau de credibilidade da denúncia, a natureza irregular do comportamento reportado, a viabilidade do processo de investigação e a identificação das pessoas envolvidas ou com conhecimento dos factos relevantes e que, por isso, devam ser confrontadas ou inquiridas;

- Realiza uma análise sobre a existência ou inexistência da infração, sendo admissíveis todas as provas que não sejam proibidas por lei.

Neste âmbito o responsável pelo tratamento pode requerer a colaboração dos vários departamentos/gabinetes e UO, para o apuramento dos factos contidos na denúncia.

No prazo de 3 meses, a contar da data da receção da denúncia, o responsável pelo tratamento comunica ao denunciante, de forma fundamentada, as medidas previstas ou adotadas para dar seguimento à mesma.

### **Comunicar as medidas adequadas ao tratamento da infração**

No prazo de dez (10) dias úteis após a conclusão da averiguação interna, o responsável pelo tratamento das denúncias apresenta ao Provedor:

- Nota informativa com a identificação das medidas necessárias e adequadas ao tratamento da infração reportada; ou
- Nota informativa justificativa do arquivamento da denúncia;
- Proposta fundamentada de instauração de processo disciplinar e/ou de participação judicial, em observância dos prazos de caducidade e de prescrição, quando aplicável.

Se o denunciante exercer o direito ao acesso à análise efetuada à denúncia, o responsável pelo tratamento comunica ao denunciante o seu resultado, no prazo de quinze (15) dias após a conclusão do tratamento da denúncia.

Caso se conclua pela prática de crime pelo denunciado, são remetidos ao GAJC os elementos constantes da denúncia e aqueles recolhidos no âmbito da averiguação interna, para que este Gabi-

nete denuncie tal prática junto do Ministério Público, em harmonia com o disposto no artigo 242º do Código de Processo Penal.

### **Monitorizar**

Após homologação pelo Provedor das medidas adequadas ao tratamento da infração reportada, o responsável pelo tratamento faz a monitorização da implementação das mesmas.

Para além do procedimento referido, na SCMP estão instituídos mecanismos e processos para que as preocupações cruciais sejam comunicadas ao mais alto órgão de governança, no que diz respeito aos impactos negativos, potenciais e reais, da Instituição nas partes interessadas. Assim, as principais preocupações são comunicadas em primeira instância ao Órgão Competente, por via telefónica, presencial (reuniões) ou escrita, mediante a elaboração de relatórios, emails, pareceres ou informações, dependendo da UO, serviço ou departamento/gabinete. Em função da sua natureza e nível de gravidade, poderão ser comunicadas à Mesa Administrativa.

Na Tabela 5 são apresentadas as preocupações cruciais, por natureza, que foram comunicadas ao mais alto órgão de governança em 2024.



Natureza	Total
Alerta para desvios significativos do executado relativamente ao orçamentado	3
Necessidade de contratação de trabalhadores	-
Crescente número de pedidos de habitação	-
Danos provocados pelo vento no hotel, armazéns e outras infraestruturas	-
Necessidade de avaliação dos riscos psicossociais a que os trabalhadores estão sujeitos	2
Necessidade de substituição dos equipamentos de ar condicionado no hotel	-
Plano global de substituição dos computadores obsoletos, que aborda a necessidade urgente de modernização, reconhecendo a criticidade e importância de uma infraestrutura tecnológica ágil e sustentável	1
Condições da instalação elétrica da igreja	1
Incumprimentos da legislação e normativos internos, bem como fragilidades organizativas que podem eventualmente colocar a SCMP numa posição de maior risco	-
Problemas com o agendamento de transportes quer de utentes, quer de materiais	12
Sinalização de estragos/avarias que impactaram o consumo de água, gás e eletricidade	-
Necessidade de infraestruturas no Parque da Prelada	-
Deposição, por parte de uma entidade terceira, de detritos dos cavalos com palha em vários locais do Parque da Prelada, contribuindo para a contaminação dos solos, das águas superficiais/subterrâneas e para a poluição do ar	-
Constatação de que as árvores perto dos locais do Parque onde os detritos dos cavalos acabam por ser depositados estão a morrer, apesar de estar sempre disponível um contentor para a recolha e transporte adequado dos mesmos	-
Necessidade de mobilizar trabalhadores por adaptação ao cargo/função.	-
Participações sobre comportamentos de trabalhadores que podem levar a processos disciplinares ou processos de inquérito	-
Obras de requalificação do edificado do Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins (CAS)	1
Necessidade de ponderar a deslocação territorial da Casa da Rua - D. Lopo de Almeida (CR) para outro espaço da cidade do Porto, atendendo ao nível de desenvolvimento de áreas de luxo	1
Dificuldades na passagem de competências do Instituto da Segurança Social para a Câmara Municipal do Porto (recursos humanos, passagem do conhecimento, transferência de competências, entre outros)	1

Natureza	Total
Necessidade de alargamento do fornecedor, ao nível dos recursos humanos, para substituições temporária	1
Crescente número de residentes com ação de acompanhamento, cujos poderes ao nível da gestão patrimonial são da responsabilidade da Direção do DIS, o que implica uma ocupação de tempo muito considerável com assuntos que extravasam as funções da direção (cerca de 5h/semana, o que representa cerca de 14 % horário semanal)	1
Gestão das vagas extra acordo hospitalares, ao abrigo da Portaria n.º 38-A/2023, de 2 de fevereiro	1
Plano estratégico operacional da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) - São Lázaro	1
Alertas relacionados com a qualidade e a segurança dos doentes	38
Consumo de água, de materiais e de eletricidade desde 2021 até 2024	2
Falta de acompanhamento e monitorização em algumas áreas, que envolvem a parte administrativa, clínica e faturação	-
Falta de pessoal e necessidade de contratação, derivado de procedimentos de trabalhadores e saúde e bem-estar das crianças	2
Danos na infraestrutura do edifício do MMIPO, conseqüente das obras do Metro do Porto, no espaço do Museu, Galeria e Igreja Privativa, o que influencia a atividade regular do equipamento e impossibilita a utilização do órgão de tubos	-
Conservação, restauro e digitalização de documentação com interesse histórico	2
Gestão documental e eliminações	1
Implementação da política de arquivos numa ótica estratégica e de diálogo permanente em toda a Instituição	6
Implementação de política de cedências de espaço (interiores e exteriores) da CP e sua compatibilização com perfis de atividades e de promotores.	1
Sinalizações de avarias e/ou estragos, cuja não resolução impacta na qualidade dos serviços disponibilizados na CP ou nos níveis de consumo, nomeadamente de água e eletricidade.	-

Tabela 5: Total de preocupações cruciais comunicadas, por natureza.

## CONHECIMENTO COLETIVO DO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA

(2-17)

A Mesa Administrativa reconhece a necessidade de a sustentabilidade e responsabilidade social estarem estrategicamente integradas na atividade da SCMP, pelo que, sempre que possível, é garantida a participação em atos públicos que abordam estas temáticas, usando, assim, a sua imagem pública para consolidar a sua importância. Um exemplo disto é a entrevista concedida pelo Provedor ao programa Com(di)vergências da Rádio Transforma, onde abordou a SCMP enquanto instituição do eixo social, em que é cada vez maior a necessidade de inovação face aos desafios existentes. Por sua vez, também foi abordada a importância do eixo económico, sendo destacado o valor do orçamento que chega a ser superior ao de algumas Câmaras Municipais, obrigando a uma gestão equilibrada, atenta e objetiva.

De um modo geral, o desenvolvimento sustentável foi um tema central ao longo do ano, no qual os temas do envelhecimento, inclusão e solidariedade continuam a representar as grandes linhas de preocupação. Em entrevista à Rádio Renascença, o Provedor afirmou a capacidade de adaptação das Misericórdias aos tempos e realidades, destacando a sua preparação para responder a estes desafios. Neste sentido, foi igualmente destacada a vontade da SCMP em ser parte integrante na construção do Estado Social.

## AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA

(2-18)

Não aplicável - Não é realizada avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à supervisão da gestão dos impactos da SCMP na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

## POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

(2-19)

Ao abrigo do artigo n.º 35 do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, o exercício dos cargos dos Corpos Gerentes é gratuito, mas justifica o pagamento das despesas deles derivadas.

## PROCESSO PARA DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO

(2-20)

O processo de desenvolvimento das políticas de remuneração existente está definido no Contrato Coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Federação Nacional da Educação e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 14, de 15 de abril de 2023 e no Contrato Coletivo de Trabalho entre a União das Misericórdias Portuguesas e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 24, de 29 de junho de 2023. Com a publicação das Portarias de extensão n.º 148/2023, de 31 de maio, e n.º 311/2023, de 16 de outubro, estes Contratos abrangem todos os trabalhadores da Instituição. Paralelamente aos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, a Mesa Administrativa também participa na definição das políticas remuneratórias.

## PROPORÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL

(2-21)

A proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da SCMP e a remuneração total anual média de todos os trabalhadores (excluindo-se o mais bem pago) foi de 7,72. Por sua vez, a proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da SCMP e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os trabalhadores (excluindo-se o mais bem pago) foi de zero.

Para o cálculo das proporções, os dados remuneratórios respeitantes ao período de janeiro a dezembro de 2024, nomeadamente, vencimento base e o subsídio de apoio à função, foram retirados da plataforma BI, mediante a utilização de tabelas dinâmicas.

## DECLARAÇÃO SOBRE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(2-22)

Este ano, a SCMP celebrou o seu 525.º aniversário renovando, assim, o compromisso de apoio aos mais necessitados da cidade, às pessoas com deficiência, aos mais idosos, às vítimas de qualquer tipo de violência, aos sem-abrigo e aos imigrantes sem qualquer tipo de amparo numa terra que lhes é desconhecida.

Neste aniversário relembramos a missão e o legado herdado da SCMP que guiam os nossos passos e definem as nossas ações, pelo que continuamos a querer desempenhar um papel fundamental na mitigação da pobreza, privação e exclusão social, através da prestação de serviços sociais, educacionais e de saúde. Por isso, materializar as catorze (14) Obras da Misericórdia é, para nós, mais do que um objetivo a cumprir, a razão da nossa existência, no qual contribuímos diretamente para vários

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente: Erradicar a Pobreza, Saúde e Bem-Estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Género; Trabalho Digno e Crescimento Económico; Redução das Desigualdades e Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Sem virar as costas aos desafios que surgem, queremos lutar por um mundo cada vez mais ambiental, económica e socialmente sustentável, em que as necessidades de hoje não coloquem em causa os recursos de amanhã, e em que as nossas atividades não comprometam o que se há de colher no futuro. Como tal, continuamos a adotar práticas/medidas sustentáveis, adaptadas às exigências legais em vigor e tendo assente os ODS da Ação Climática e do Consumo e Produção Responsáveis, que visam promover a eficiência energética, a gestão responsável de recursos e a redução e valorização de resíduos.

Estamos igualmente empenhados em adotar parcerias e sinergias com outras instituições, empresas e o setor público que potenciem o desenvolvimento local, alinhado com o ODS “Parcerias para a Implementação dos Objetivos”, de que é exemplo o Centro de Atendimento Clínico (CAC) no HP.

Nos próximos anos, continuaremos a enfrentar importantes desafios influenciados pelas tendências macroeconómicas, sociais e políticas mundiais, especialmente com o aumento dos conflitos armados, da instabilidade e conseqüente agravamento das desigualdades, assim como o envelhecimento da população e a crescente pressão para práticas sustentáveis. Em resposta, queremos reforçar a nossa contribuição para o desenvolvimento sustentável através da racionalização do uso de recursos naturais e energéticos, de modo a reduzir a pegada ecológica das nossas atividades, bem como através do fortalecimento da coesão social e da promoção de uma maior inclusão e equidade no acesso aos nossos serviços, principalmente aos mais vulneráveis.

Neste sentido, disponibilizamos publicamente o Relatório de Sustentabilidade de 2024, como forma das nossas partes interessadas conhecerem os desafios, objetivos e compromissos para com os ODS, particularmente na construção de uma sociedade mais livre, justa, inclusiva e sustentável, assim como, impulsionar a transição para um modelo de economia circular, alinhando-se com as necessidades locais e as prioridades globais atuais e futuras, em prol de um futuro mais verde e resiliente.

O Provedor,



António Manuel Lopes Tavares

## COMPROMISSOS DE POLÍTICA

(2-23)

O compromisso da SCMP em estabelecer uma conduta empresarial responsável reflete-se no seu Código de Ética e Conduta, bem como no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), em conformidade com a legislação em vigor.

No Código encontram-se definidos princípios gerais, normas de conduta e linhas de orientação em matéria de ética e comportamento profissional, sendo aplicável às atividades institucionais e ao relacionamento com as partes interessadas, nomeadamente, trabalhadores, irmãos e voluntários, no exercício das suas atividades, funções e competências, bem como aos prestadores de serviços e entidades terceiras que, no âmbito das respetivas atividades, se relacionem com a Instituição. Está igualmente previsto o respeito pelos direitos humanos, que se reconhecem como fundamentais e universais, de que é exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. No PPRCIC estão enumeradas medidas corretivas adotadas e de prevenção da ocorrência de riscos identificados diretamente relacionados com a corrupção e suas infrações conexas, com aplicabilidade na estrutura organizacional da SCMP, bem como, nos órgãos de gestão e liderança no âmbito do controlo interno.

Os instrumentos referidos foram aprovados pela Comissão Executiva da SCMP, no qual a sua divulgação resultou através dos mecanismos para o efeito, nomeadamente, através de comunicação interna, e encontram-se publicados na página institucional, em [www.scmp.pt](http://www.scmp.pt), podendo ser acedidos pelas suas partes interessadas através dos endereços <https://www.scmp.pt/pt-pt/outros/codigo-de-etica-e-conduta-da-misericordia-do-porto> e <https://www.scmp.pt/pt-pt/outros/plano-de-prevencao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>.

Importa, ainda, referir que não só os compromissos nesta matéria se encontram expressos nos documentos referidos, como também na missão, visão e valores da Instituição. Desta forma, os princípios do Pacto Global e os ODS encontram-se materializados na atividade desenvolvida. Veja-se o exemplo da área da saúde que, através do CHCF e do HP, visa a promoção do ODS número três (3), Saúde de

Qualidade. Veja-se, também, o exemplo do CNSE que não só visa a promoção do ODS número quatro (4), Educação de Qualidade, como também a promoção do artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, designadamente, que todo o ser humano tem direito à instrução.

## INCORPORAÇÃO DE COMPROMISSOS DE POLÍTICA

(2-24)

Como foi referido no tópico anterior, o compromisso para uma conduta empresarial responsável em todas as atividades e relações de negócios constam particularmente no Código de Ética e Conduta e no PPRCIC. Deste modo, todos os trabalhadores, irmãos e voluntários devem incorporar as normas e convenções éticas que se encontram dispostas nestes instrumentos, não descurando a aplicação simultânea de condutas específicas para determinados grupos profissionais.

Neste sentido, ao abrigo do artigo n.º 37.º do Código de Ética e Conduta, todos os trabalhadores, irmãos e voluntários devem comunicar quaisquer factos que indiquem uma prática irregular ou violadora em matéria de conduta empresarial, através do canal de denúncias para o efeito.

Por sua vez, nas suas relações comerciais a SCMP está vinculada ao Código dos Contratos Públicos no domínio das empreitadas e grandes obras de reparação, de acordo com o seu artigo n.º 2.º. Para além disso, a Instituição segue em toda a sua atividade de consulta ou contratação, utilizando plataformas de contratação pública, respeitando os princípios da legalidade, imparcialidade, proporcionalidade, boa-fé, sustentabilidade e responsabilidade, transparência, igualdade de tratamento e não-discriminação. Observando, ainda, o respeito pelas normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, bem como devem ser adotadas medidas que impeçam, identifiquem e resolvam conflitos de interesses.

De modo a garantir um maior alinhamento com os compromissos estabelecidos, foram promovidas seis (6) ações de formação, cuja informação se encontra compilada na seguinte tabela:

Nome da Formação	Entidade formadora	Regime	N.º de participantes	Tipo de obrigatoriedade
Assédio Moral e Riscos Psicossociais no Trabalho	Externa	Presencial	26	Recomendável
Compras Sustentáveis	Externa	Presencial	1	Voluntária
Direito da Responsabilidade Civil Obrigacional	Externa	Presencial	1	Voluntária
Ética e Deontologia Profissional	Externa	Presencial	60	Recomendável
O Gestor e a Execução do Contrato	Externa	-	1	Voluntária
RGPD no âmbito da Segurança, Risco e Compliance	Interna	Presencial	24	Legal

Tabela 6: Ações de formação disponibilizadas pela SCMP no âmbito da incorporação de compromissos.

Por sua vez, após o término das ações foram elaboradas avaliações de impacto e de eficácia das mesmas junto dos trabalhadores e da respetiva chefia.

Aquando da admissão de um trabalhador, são apresentados alguns documentos institucionais, destacando-se o Código de Ética e Conduta e regulamentos e procedimentos internos aplicáveis nas UO, área de atividade e função específica.

## PROCESSOS PARA REPARAR IMPACTOS NEGATIVOS

(2-25)

Neste conteúdo, apresentam-se os processos existentes para reparar impactos negativos identificados, no qual a SCMP causou ou contribuiu para causar, designadamente:

### Compromissos

- Adoção de medidas que garantem um ambiente mais tranquilo como forma de minimizar os impactos associados à poluição sonora, como por exemplo a opção do espaço exterior da CP não ser disponibilizado para eventos noturnos;
  - Articulação com entidades externas (autarquia, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, prestadores de serviço) no sentido de minimizar problemas no domínio da saúde fitossanitária de espécies vegetais existentes nos jardins da SCMP;
  - Desmaterialização de alguns procedimentos de forma a reduzir o uso de papel e outros custos, nomeadamente, alocação de recursos humanos, transportes, tempo, eficácia de resposta e extravio de informação, operacionalizados em plataformas digitais e outros recursos a tecnologias da informação e comunicação. Destacam-se alguns exemplos, designadamente: avaliação da eficácia da formação, questionário da avaliação da satisfação dos trabalhadores, sistema de avaliação de desempenho, uso das plataformas HelpDesk e iPortalDoc, assim como avisos de consultas emitidos via SMS;
  - Disponibilização aos proprietários das peças cedidas ao MMIPO de um documento denominado Facilite Report, com a descrição das condições do espaço onde irá ocorrer a exposição ou evento, especificando as características do mesmo de forma a poder ser analisada a segurança e preservação das peças a acolher;
  - Elaboração de acordos no âmbito dos processos judiciais, por forma a minimizar eventuais riscos de condenações mais graves;
  - Incentivo à gestão eficiente de materiais e recursos, priorizando a compra de materiais biodegradáveis sempre que possível, ou, quando não for viável, escolhendo materiais passíveis de serem reutilizados ou reciclados;
  - Otimização de rotas, nomeadamente do Serviço de Apoio Domiciliário, com vista a reduzir o número de deslocações, promovendo uma maior eficiência no transporte e, ao mesmo tempo, diminuindo o impacto ambiental associado, uma vez que contribui para a redução das emissões de carbono;
  - Possibilidade da utilização de recipientes próprios no regime de take away da cantina social, com o intuito de minimizar o impacto ambiental resultante da utilização de embalagens descartáveis;
  - Promoção da correta separação e reciclagem dos resíduos gerados, através do reforço e renovação periódica da sinalética, de forma a mantê-la atualizada e chamativa;
  - Realização de auditorias de seguimento sempre que, nas ações de follow-up, se constata uma taxa de implementação das recomendações baixa, o que indica que os riscos identificados não foram mitigados. Contudo, em 2024, esta situação não se verificou, pelo que não foram realizadas auditorias de seguimento;
  - Reforço de monitorização dos prazos contratuais por forma a evitar riscos (estruturais, financeiros e organizacionais).
- Destacam-se, também, os compromissos já implementados em anos anteriores e que se mantiveram, nomeadamente:
- Adoção de práticas de agricultura biológica e de produção integrada como estratégias para minimizar os impactos ambientais, contribuindo assim para uma produção mais sustentável, preservando os ecossistemas e promovendo a saúde do solo e da água;
  - Aumento do tempo da duração dos destaques expositivos temporários no MMIPO, bem como agregação de informações dessas exposições, de modo a diminuir a produção de materiais, como, por exemplo, impressões de vinis, legendas e materiais de comunicação, que se traduzem em resíduos não recicláveis. Adicionalmente, mantém-se a investigação por novos suportes que permitam a reutilização;
  - Digitalização dos documentos conservados ao longo do tempo em arquivo histórico, substituindo a consulta presencial por parte do público para combater e minimizar possíveis danos decorrentes da sua consulta direta. Em 2024, foram digitalizados de trinta mil oitocentos e noventa e nove (30.899) documentos;

- Extinção de velas de cera sólida, dando continuidade à utilização de cera líquida nos espaços de culto, à exceção da Igreja de Nossa Senhora da Esperança, devido à existência de um stock considerável deste tipo de cera por via oferendas;
- Incentivo para o empréstimo de materiais de exposições a outras UO, nomeadamente, em 2024, foram cedidos materiais para a CP e SPeC;
- Reaproveitamento das lonas utilizadas no exterior do MMIPO para comunicar as exposições patentes, para atividades artesanais, assim como a primazia pela utilização das coleções da SCMP, permitindo que os suportes produzidos possam ser reservados e utilizados em outras ocasiões;
- Reforço, junto dos estabelecimentos da SCMP, para a necessidade de se realizarem os pedidos mensais de bens atempadamente, por forma a que as notas de encomenda sejam enviadas todas em simultâneo para os diversos estabelecimentos, evitando, assim, entregas parceladas, que representam um maior impacto ambiental.

### **Abordagem para identificar e tratar queixas**

Ao abrigo do despacho nº 17/2019, o GAI receciona todos os incidentes ocorridos em todas as UO relacionados com óbitos, acidentes/quedas ou suspeitas de maus-tratos de utentes. Trimestralmente, é elaborado um relatório com a análise estatística dos incidentes rececionados para que se possa tomar medidas preventivas nas UO, sendo avaliada a gravidade, causas, fatores de risco, local, hora e reincidência de incidentes em utentes. No caso do CHCF, são elaborados relatórios separadamente, uma vez que são analisados todos os eventos adversos que ocorrem nessa UO (para além de se considerar os anteriores, são analisadas fugas, erros de medicação e constrangimento dos sistemas de informação). No ano de 2024 foram elaborados 8 relatórios com a análise estatística dos incidentes rececionados.

Em 2024, criou-se a figura de gestor de caso como referência de articulação entre o CIAD e as famílias, estabelecendo uma ponte de comunicação que permite expor as preocupações relativas aos seus familiares. Um gestor de caso é um técnico responsável por coordenar e monitorizar o processo do cliente, garantindo que este receba os serviços e apoios

necessários de forma integrada e eficaz. As sinalizações mais frequentes por parte da família são da dinâmica diária, como por exemplo o transporte, alimentação e prestação de cuidados. Após a sinalização, os temas são remetidos para a equipa multidisciplinar e Direção, de modo a corrigir alguma situação que mereça destaque.

A SCMP disponibiliza o Livro de Reclamações, de acordo com a legislação aplicável. No caso do MMIPO, também são disponibilizadas folhas na saída do circuito do visitante, para que o público possa deixar sugestões ou elogios, sendo estas recolhidas e analisadas semanalmente.

No âmbito do sistema de gestão da qualidade, encontra-se implementado um mecanismo no qual as diferentes partes interessadas podem apresentar queixas, sugestões ou reclamações, através de formulários próprios disponíveis nas UO ou do email do SAC. Para além deste, nas ERPI também foi implementada a comissão de clientes, com o objetivo de estabelecer um mecanismo de coparticipação, onde queixas, preocupações e outros assuntos do interesse dos utentes são abordados.

No EPSCB-F, as reclusas têm ao seu dispor caixas de correio onde podem colocar queixas. Este mecanismo é obrigatório nos estabelecimentos prisionais, podendo as queixas ser feitas de forma anónima ou não, tanto durante como após o período de reclusão. As queixas são triadas por um elemento do Estado, que é responsável pelo registo e análise das mesmas para posterior resposta.

Por outro lado, os inquilinos têm ao seu dispor um contacto telefónico e eletrónico ([dgap.ggi@scmp.pt](mailto:dgap.ggi@scmp.pt)) para identificar e abordar queixas relativas aos imóveis da SCMP.

### **Envolvimento das partes interessadas na conceção, revisão, operação e melhoria dos mecanismos**

Os formulários de reporte de incidentes, referidos anteriormente, são revistos em conjunto com as UO sempre que se justifique, de forma a estarem alinhados com a informação necessária a reportar, permitindo assim a elaboração de planos de ação que reduzam os tipos de incidentes mais prevalentes.

Relativamente à comissão de clientes, esta foi criada de forma conjunta com os utentes, tendo sido os mesmos a escolher os seus representantes e o modo de funcionamento, nomeadamente a periodicidade e os temas a abordar.

## Eficácia dos mecanismos de queixas e de outros processos de reparação

A evolução da taxa de ocorrência dos incidentes é analisada trimestralmente, uma vez que a sua variação permite medir a eficácia do mecanismo de prevenção/mitigação.

### Outros processos

Ao nível de outros processos, salientam-se os seguintes:

- Colaboração com as UO com alertas, por exemplo, falta de limpeza de terrenos, decorrentes de processos contraordenacionais, por forma a minimizar os impactos negativos associados, nomeadamente custos judiciais, incêndios, entre outros;
- Realização das consultas do serviço de Medicina no Trabalho nas instalações das UO em que existe um elevado número de trabalhadores em regime de turnos, nomeadamente, ERPI Nossa Senhora da Misericórdia, CHCF, CNSE e CIAD, por forma a facilitar a laboração das mesmas e a reduzir as deslocações dos trabalhadores, face à dificuldade verificada em se ausentarem para comparecer às respetivas consultas, dado que o gabinete deste serviço se localiza no HP;
- Realização de um plano anual para a limpeza de terrenos e logradouros. Essa manutenção é realizada de 3 em 3 meses para evitar a proliferação de animais nocivos à saúde humana, tais como rastejantes e insetos parasitas;
- Adesão ao serviço de recolha seletiva de resíduos verdes da Porto Ambiente, devido ao elevado volume verificado no CHCF e CP, o que permite o correto encaminhamento do excedente deste tipo de resíduos que, de outra forma, não seria reaproveitado para utilização como composto;
- Registo e sinalização de avarias e/ou estragos ao DGAP, via email ou portal, que impactaram o consumo de água, eletricidade e gás.

## MECANISMOS PARA ACONSELHAMENTO E APRESENTAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES

(2-26)

No que respeita ao aconselhamento sobre como implementar as políticas e práticas institucionais para uma conduta empresarial responsável, a SCMP dispõe dos seguintes mecanismos:

- Canal (telefónico e e-mail) que permite o esclarecimento de dúvidas/questões sobre medidas a adotar na utilização de sistemas informáticos, internet, bem como apoiar no procedimento

de ações a tomar perante suspeita de tentativa ou concretização de ataque informático;

- Canal (telefónico e e-mail) que permite aos arrendatários esclarecerem dúvidas sobre cláusulas contratuais de arrendamento, bem como das normas dos complexos habitacionais;
- Endereço eletrónico dpo@scmp.pt, divulgado na Política de Privacidade publicada no website da SCMP e na informação reforçada sobre tratamento de dados pessoais. Tem como utilizadores alvo todos os titulares de dados pessoais, quer se tratem de trabalhadores, prestadores de serviço ou clientes/utentes. Através deste mecanismo podem ser enviadas solicitações para o exercício de direitos dos titulares, queixas relacionadas com violações de dados pessoais, pedidos de orientação e registo de atividades de tratamento. Em 2024, foram notificadas três (3) violações de dados pessoais, um (1) pedido de apagamento de dados, um (1) registo de atividade de tratamento, sessenta e cinco (65) pedidos de parecer e cerca de quarenta (40) orientações;
- Endereço eletrónico do GAJC, divulgado por forma a facilitar a interação entre as UO e respetivos departamentos, facilitando a articulação na procura e aconselhamento jurídico;
- Canal (telefónico e e-mail) do Gabinete da Qualidade e Segurança do Doente que permite o esclarecimento de dúvidas/questões na implementação do novo sistema de gestão documental do HP, onde são disponibilizados e atualizados, para todos os trabalhadores, os documentos pertinentes;
- Canal (telefónico e e-mail) do CNSE, disponível a todos os trabalhadores para procurarem aconselhamento sobre o manual de procedimentos da creche e do pré-escolar, onde se encontram descritos os processos e procedimentos a adotar de modo a garantir coerência e continuidade na atividade.

Relativamente à existência de mecanismos destinados a permitir que os indivíduos apresentem preocupações sobre a conduta da Instituição, a SCMP dispõe de um canal de denúncias, que entrou em funcionamento a 2 de março de 2023, destinado a trabalhadores, irmãos, estagiários, fornecedores e voluntários que, no âmbito da sua relação profissional, possam identificar irregularidades ou situações

de risco. Este canal, acessível através de um link na página institucional, foi concebido para assegurar a comunicação segura e confidencial de potenciais infrações, em conformidade com o Regulamento do Canal de Denúncias da SCMP.

A gestão do canal é realizada pela equipa de auditoria interna, garantindo o funcionamento digital e seguro do sistema, no qual o canal assegura a confidencialidade e permite o anonimato dos denunciadores, promovendo um ambiente de confiança para a comunicação de infrações. Neste sentido, as denúncias recebidas passam por uma análise preliminar para determinar a sua relevância, seguindo-se, sempre que necessário, uma investigação aprofundada conduzida pelos auditores internos.

Anualmente são elaborados e apresentados relatórios à Mesa Administrativa, contendo estatísticas sobre o número de casos reportados e as suas categorias principais.

Em 2024, foram registadas cinquenta e quatro (54) denúncias, das quais vinte e seis (26) foram consideradas procedentes, nove (9) improcedentes e quinze (15) arquivadas sem investigação por falta de fundamento. Quatro casos encontram-se ainda em fase de averiguação interna. Quanto à natureza das infrações reportadas, verificou-se que a maioria (24 %) estava

relacionada com a mobilidade de profissionais de saúde entre especialidades no HP. Além disso, 19 % das denúncias referiam incumprimentos de normativos internos da SCMP, enquanto 17 % diziam respeito a alegadas práticas de assédio. As restantes infrações registaram uma percentagem residual de reincidência.

## CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

(2-27)

O GAI desenvolve processos de investigação onde são avaliados através de entrevistas, testes de conformidade e recolha de evidências, se os normativos internos e externos estão a ser cumpridos. Neste sentido, em 2024 foram desenvolvidos dezoito (18) trabalhos de auditoria que visaram avaliar a conformidade de determinada atividade com os regulamentos internos e externos, tendo-se identificadas não conformidades legais relativamente aos acessos a informação em saúde e detetadas não conformidades em relação aos fechos de caixa.

Decorrente da atividade do GAJC, verificaram-se casos de violação dos normativos regulamentares de limpeza de terrenos. Da análise dos processos submetidos para apreciação do GAJC, foi constatado pela equipa que a matéria factual contravertida se reportava ao mesmo objeto, confirmando-se a reincidência de alguns dos factos, sendo como tal casos de reporte significativo.

Na seguinte tabela apresenta-se a quantificação de casos de não conformidade com leis e regulamentos durante 2024 que resultaram em sanções não monetárias, coimas e multas.

Indicador	Total
N.º de casos significativos de não conformidades com leis e regulamentos durante 2024, em que foram aplicadas multas	3
N.º de casos significativos de não conformidades com leis e regulamentos durante 2024, em que foram aplicadas sanções não monetárias	4
N.º de multas para casos de não conformidades com leis e regulamentos que foram pagas durante 2024 e que ocorreram nesse ano	3
N.º de multas para casos de não conformidades com leis e regulamentos que foram pagas durante 2024 e ocorreram em períodos anteriores	1
Valor monetário de multas para casos de não conformidades com leis e regulamentos pagas em 2024 e que ocorreram nesse ano	2.265 €
Valor monetário de multas para casos de não conformidades com leis e regulamentos pagas em 2024 ocorridas em períodos anteriores	0 €

Tabela 7: Casos de não conformidade com leis e regulamentos em 2024.

## PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES

(2-28)

Em consonância com a missão e os objetivos estratégicos, apresenta-se a listagem das entidades com as quais foram formalizados protocolos de colaboração e estabelecidas parcerias institucionais, reforçando o compromisso da Instituição com a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

### Participação de forma significativa, em projetos ou comissões

- Administração Central do Sistema de Saúde;
- Associação Portuguesa dos Jardins Históricos;
- Câmara Municipal do Porto;
- Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental;
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;
- Espaço T - Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária;
- European Recycling Platform;
- Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto;
- Family Search;
- Fundação Casa da Música;
- Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar;
- Lipor;
- Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto;
- Porto Ambiente;
- Quercus;
- Universidade de Santiago de Compostela.

### Listagem de associações nas quais a SCMP encara a sua participação como estratégica

- ACEMBEX;
- AdvanceCare;
- Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro;
- Agência para a Integração Migrações e Asilo;
- Agência Piaget para o Desenvolvimento;
- Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas;
- Albergues Noturnos;
- Arco Maior;
- Assicurazioni Generali;
- Assistência Médica Internacional;
- Associação Abraço;
- Associação Betel;
- Associação CAIS;
- Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina do Porto;
- Associação Comercial do Porto;
- Associação Compassio;
- Associação de Cuidadores de Lordelo do Ouro;

- Associação Democrática da Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres;
- Associação do Monte Pedral;
- Associação dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta;
- Associação Fios e Desafios;
- Associação Nacional de Ajuda aos Pobres;
- Associação Plano I;
- Associação Porto Solidário;
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;
- Associação Portuguesa de Museologia;
- Associação Portuguesa dos Jardins Históricos;
- Associação Unificar;
- Ateneu Comercial do Porto;
- Banco Montepio;
- Benéfica e Previdente;
- BlueClinical;
- Boehringer Ingelheim Healthcare Management Portugal;
- Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta;
- Câmara Municipal de Gondomar;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Câmara Municipal do Porto;
- Caritas Diocesana do Porto;
- Casa da Mãe Clara;
- Casa das Artes – Porto;
- Casa de Lordelo;
- Cegonha Simpática;
- Centre Scolaire Notre-Dame;
- Centro Comunitário de São Cirilo;
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão;
- Centro de Estudos Superiores Aloya;
- Centro de Formação Profissional para Comércio e Afins;
- Centro Integração de Apoio à Deficiência;
- Centro Paroquial e Social São Nicolau;
- Centro Social da Sé Catedral do Porto;
- Centro Social Foz do Douro;
- Centro Social Paróquia Nossa Senhora da Ajuda;
- Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória;
- Charles University;
- Clínica do Outeiro;
- Colégio da Areosa;
- Colégio de Gaia;
- Colégio Júlio Dinis;
- Coliseu Porto Ageas;
- Comboios de Portugal;
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens;
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;
- Conferências de São Vicente de Paulo;

- Conferências Vicentinas de Cedofeita;
- Conservatório de Música do Porto
- Cooperativa Agrícola dos Produtores de Amêndoa de Trás-Os-Montes e Alto Douro;
- Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário;
- Cooperativa Fisoot;
- Coração da Cidade;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- CTT - Correios de Portugal;
- Decathlon;
- Diaverum;
- Diocese do Porto;
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- Energias de Portugal - Sâvida;
- Energias de Portugal;
- Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto;
- Escola Profissional Economia Social;
- Escola Profissional Perpétuo Socorro;
- Escola Superior de Educação;
- Escola Superior de Enfermagem do Porto;
- Escola Superior de Saúde Fernando Pessoa;
- Escola Superior de Saúde Politécnico do Porto;
- Escola Superior de Saúde Santa Maria;
- Espaço T - Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária;
- Europa Nostra;
- Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto;
- Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto;
- Faculdade de Economia da Universidade do Porto;
- Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Faculdade de Medicina da Universidade do Porto;
- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto;
- Family Search;
- Federação Académica do Porto;
- Fidelidade;
- Fundação Casa da Música;
- Fundação de Serralves;
- Fundação La Caixa;
- Fundação Manuel António da Mota;
- Futebol Clube do Porto;
- Future Healthcare;
- Generali Tranquilidade;
- Gray Line Porto;
- Grupo de Ação Social do Porto;
- Grupo Dr. Pinto Leite;
- Guarda Nacional Republicana;
- Igreja do Marques - Porta Solidária;
- Igreja Franciscana;
- INOVINTER;
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
- Instituto da Segurança Social;
- Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar;
- Instituto de Proteção e Assistência na Doença - ADSE;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Instituto Piaget;
- Instituto Politécnico da Maia - Universidade da Maia;
- Instituto Politécnico de Coimbra;
- Instituto Politécnico do Porto;
- Instituto Publico de Gestão Participada - ADSE;
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto;
- Instituto Superior de Serviço Social do Porto;
- Irmandade da Lapa;
- Irmandade dos Clérigos;
- Irmandade Nossa Senhora do Terço e Caridade;
- Junta de Freguesia de Paranhos;
- Junta de Freguesia do Bonfim;
- KeepWells;
- Legião da Boa Vontade;
- Liga Portuguesa Contra o Cancro;
- Liga Portuguesa de Profilaxia Social;
- Lipor;
- Livraria Lello;
- Magic Train;
- Médis;
- Ministério da Cultura;
- Ministério da Saúde;
- Multicare;
- Mundo a Sorrir;
- Norte Vida- Casa da Vila Nova;
- O Casa -Centro de Apoio ao Sem Abrigo;
- Obra Diocesana de Promoção Social;
- Obra Social Nossa Senhora da Boa Viagem;
- Observatório Internacional de Direitos Humanos (da ONU);
- Oficina da Vida;
- Operations Abroad Worldwide;
- Ordem dos Enfermeiros;
- Ordem dos Fisioterapeutas;
- Ordem dos Nutricionistas;
- Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- Ordem Trindade;
- Palácio da Bolsa;
- Paróquia do Bonfim;
- Pedalar sem Idade;
- Piscina Municipal da Constituição;
- Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos;
- Polícia de Segurança Pública;
- Porto Ambiente;
- Profitecla;

- Programa Erasmus+;
- Programa Estamos Juntos;
- Quinta da Bonjoia;
- Rancho Folclórico do Porto;
- Rede Portuguesa de Museus;
- Robbialac;
- Roteiros Turísticos Porto;
- Santa Casa da Misericórdia de Amarante;
- H SARAH Trading;
- Serviço de Assistência Médico-Social – Norte;
- Serviço de Assistência Médico-Social – quadros;
- Sociedade de Transportes Coletivos do Porto;
- Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação;
- Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia;
- Somar Esperança;
- SONAE;
- Sport Club do Porto;
- Tradição e Qualidade;
- Três séculos;
- Trust – Gestão Integrada De Saúde;
- União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos;
- União de Freguesias Centro Histórico do Porto;
- Unidade Local de Saúde – Santo António;
- Unidade Local de Saúde de São João;
- Unilabs;
- Universidade Católica Portuguesa;
- Universidade de Aveiro;
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Universidade do Minho;
- Universidade do Porto;
- Universidade Fernando Pessoa;
- Universidade Lusíada Porto;
- Universidade Lusófona;
- Universidade Portucalense;
- Vida Norte.

#### Listagem de associações nas quais a SCMP exerce funções nos órgãos de governança ou contribui com recursos financeiros

- Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal;
- Casa Testa – Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, Lda.

## ABORDAGEM PARA ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS

(2-29)

Tendo como principal objetivo a prestação de serviços que dignifiquem a condição humana das suas partes interessadas, particularmente das mais vulneráveis, a SCMP tem como propósito satisfazer as necessidades da sua comunidade com a prestação de múltiplos serviços, tendo em vista as carências atuais da nossa sociedade.

Na Figura 2 apresentam-se, por categoria, as partes interessadas com as quais a SCMP está vinculada, no âmbito das atividades que presta.



Figura 2: Identificação das partes interessadas.

A constante preocupação com a melhoria das condições de vida, e com a disponibilização de mais respostas sociais com qualidade, faz com que a SCMP esteja sempre em contacto com as suas partes interessadas, dando a conhecer os seus serviços e as atividades desenvolvidas e envolvendo-as nas suas ações diárias, com o intuito de perceber quais são as reais necessidades, preocupações, opiniões, sugestões e expectativas.

Uma das ferramentas existentes neste sentido é o SAC, que tem como objetivo reforçar a atração e fidelização dos clientes. Este não só disponibi-

liza apoio e acompanhamento aos clientes, como também assegura a comunicação com os familiares e significativos dos clientes/utentes da Instituição, via SMS e emails informativos, tanto para partilha de informações de carácter geral como crítico.

Adicionalmente, são disponibilizados para arrendamento o Auditório D. Pedro IV, a Sala Carolina Oliveira e os espaços internos e externos da CP, permitindo a realização de eventos, ações sociais, culturais e formativas com entidades externas, em parceiras ou internamente. Destaca-se, também, a possibilidade de realização de eventos privados no MMIPO, bem como a inclusão de marcas nos diferentes suportes de divulgação, numa perspetiva de fomentar a interação social e a dinamização cultural.

Na CP, a comunidade tem a possibilidade de consultar o acervo documental da Instituição, para fins de estudo e investigação. Adicionalmente, esta também mantém relações de aceitação, oferta e permuta de publicações com particulares e instituições locais.

Contudo, o acesso à cultura não se faz exclusivamente na CP, sendo o MMIPO outro local onde a história da SCMP é disponibilizada à comunidade. Neste, o mecenato e o patrocínio desempenham um papel essencial na ampliação da oferta expositiva, através de doações de obras patrimoniais que refletem a confiança dos doadores, por entenderem ser um local seguro para as perpetuar.

É, ainda, de ressaltar o trabalho realizado no EPS-CB-F, onde as diferentes valências garantidas pela SCMP, ao abrigo do contrato celebrado com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, promovem um melhor ambiente dentro do estabelecimento e aumentam o nível de satisfação das reclusas, que pode ser associado a uma maior segurança.

Assim, por forma a assegurar um envolvimento significativo com as partes interessadas, a SCMP dispõe de mecanismos que permitem ouvi-las e compreender as suas necessidades, nomeadamente, qualquer parte interessada pode contactar a Instituição, em função do tipo de assunto, através dos seguintes canais de comunicação:

- Geral - scmp@scmp.pt;
- GAP - gabinete.provedor@scmp.pt;

- GMC - marketing.comunicacao@scmp.pt e comunicar@scmp.pt;
- SAC - apoioaocliente@scmp.pt.

Para questões específicas, as partes interessadas têm ao seu dispor nas páginas institucional e do MMIPO, bem como no Portal da Saúde, os respetivos contactos.

A par dos canais de comunicação, em diversas UO são realizadas avaliações de satisfação junto dos clientes/utentes, familiares ou significativos e parceiros, como compromisso contínuo com a qualidade dos serviços prestados. A título de exemplo, no HP as avaliações de satisfação são realizadas mensalmente, através da aplicação de inquéritos a trinta (30) utentes de cada serviço. No ano de 2024, foram recolhidos mil seiscentos e cinquenta e um (1.651) inquéritos, tendo sido obtido um índice médio de satisfação de 4,5 (escala de 1 a 5).

No entanto, as avaliações de satisfação não são apenas realizadas a nível externo. É dada a possibilidade aos trabalhadores de avaliarem a sua satisfação não só com a Instituição, mas também com o serviço prestado por departamentos internos, como é o caso da área dos Sistemas de Informação. Relativamente à satisfação com a Instituição, na Tabela 8 apresentam-se os resultados do inquérito da avaliação da satisfação referente ao ano de 2024, dos duzentos e trinta e oito (238) trabalhadores que responderam (19 % do total), numa escala de 1 a 5, no qual a recolha de respostas decorreu entre os dias 17 de dezembro de 2024 e 17 de janeiro de 2025.

Indicador	Total
Média geral de satisfação	3,0
Satisfação global com a Instituição	3,2
Satisfação com os processos de gestão	2,4
Satisfação com as condições de trabalho	2,9
Satisfação com a forma de liderança da chefia direta	3,3
Motivação para a melhoria contínua	3,6
Perceção acerca da realização e valorização do trabalho	4,3

Tabela 8: Principais resultados da avaliação de satisfação dos trabalhadores.

O envolvimento das UO com as suas partes interessadas é, também, garantido na atividade diária, nas quais se destacam:

- No EPSCB-F, a valência de educação física, contabilizou um total de duzentas e quarenta (240) alunas inscritas, onde foram dinamizadas diversas modalidades, nomeadamente, rugby, ioga, reabilitação, dança, jogos e treino funcional. Adicionalmente,

também se destaca a celebração de datas festivas, designadamente o Dia Internacional da Mulher, o dia da mãe, o 25 de abril, convívio de São Martinho e a festa de Natal. Além disso, por forma a desenvolver competências dos trabalhadores do estabelecimento, são realizadas ações de formação, nomeadamente na área da saúde;

- Criação de um espaço interativo na exposição “Memórias da Rua das Flores: A Farmácia Moreno no MMIPO”, onde os visitantes deixaram as suas recordações e mensagens, num livro em branco, que incluíram elogios à exposição, memórias sobre a antiga rua e poemas;

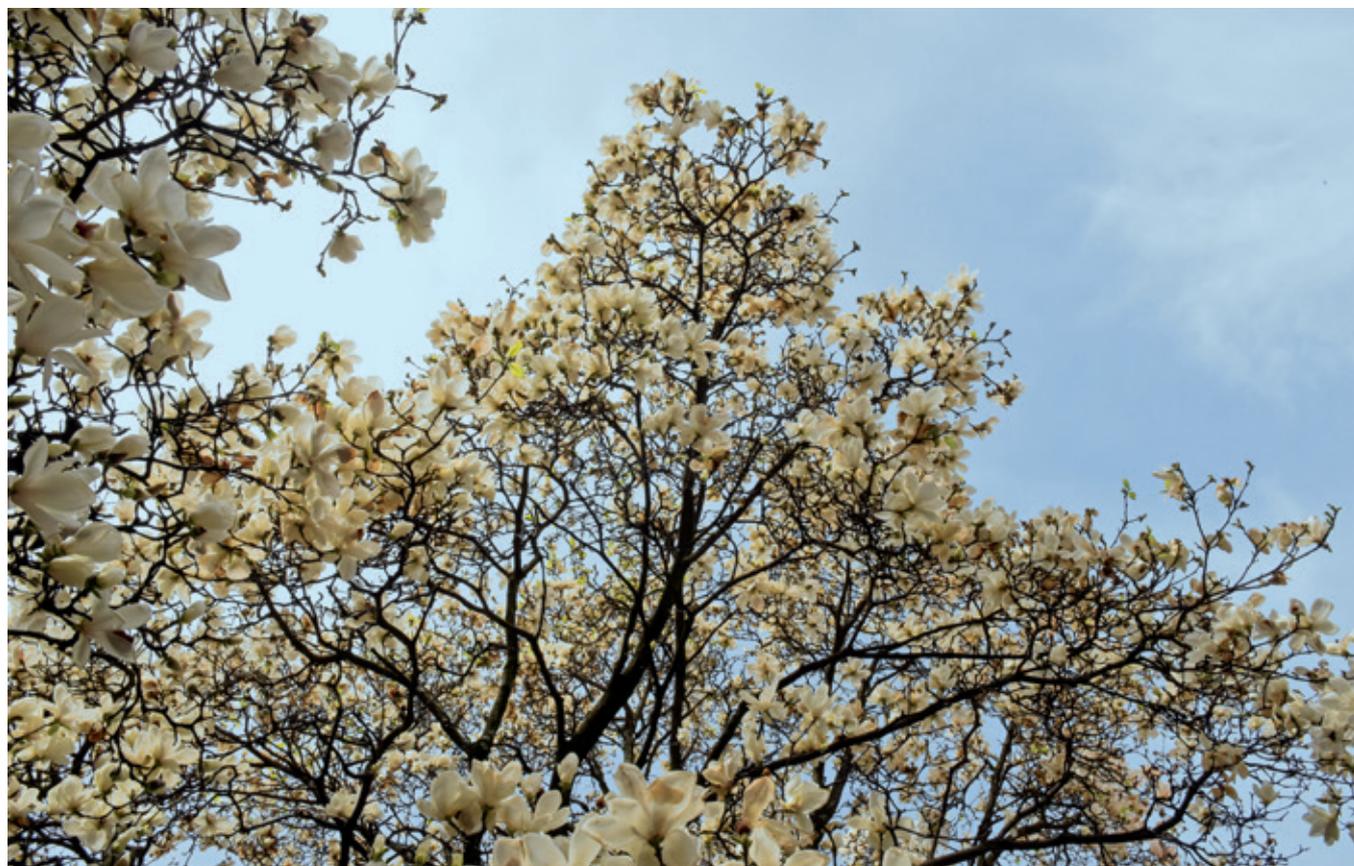
- Definição do plano individual de cuidados dos utentes das ERPI em conjunto com os mesmos ou os seus significativos, garantindo maior adequação e personalização;

- Disponibilização de hortas biológicas, promovendo a qualidade de vida, bem-estar e a relação com a natureza na comunidade hospitalar e no público em geral.

## ACORDOS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

(2-30)

O percentual do total de trabalhadores cobertos pelo Contrato Coletivo de Trabalho entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Federação Nacional da Educação e outros e Contrato Coletivo de Trabalho entre a União das Misericórdias Portuguesas e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e outros é de 100 %.



# GRI 3: TEMAS GERAIS

## PROCESSO DE DEFINIÇÃO DE TEMAS MATERIAIS

(3-1)

A SCMP, desde há vários anos, tem vindo a renovar a sua estratégia em matéria de sustentabilidade, pelo que continua em vigor a Estratégia de Sustentabilidade 2022-2025. Esta estratégia foi desenvolvida com base em princípios orientadores e de boas práticas internacionais, que resultou na definição de objetivos estratégicos, alinhados com a missão, valores e direitos humanos, e contou com o acompanhamento direto de um membro da Gestão de Topo.

Para cada objetivo foram estabelecidas medidas que possam impactar positivamente na sustentabilidade ambiental, social e económica da Instituição, por forma a que a mesma continue a percorrer um caminho que garanta a preservação dos recursos a longo prazo, em prol das gerações futuras.

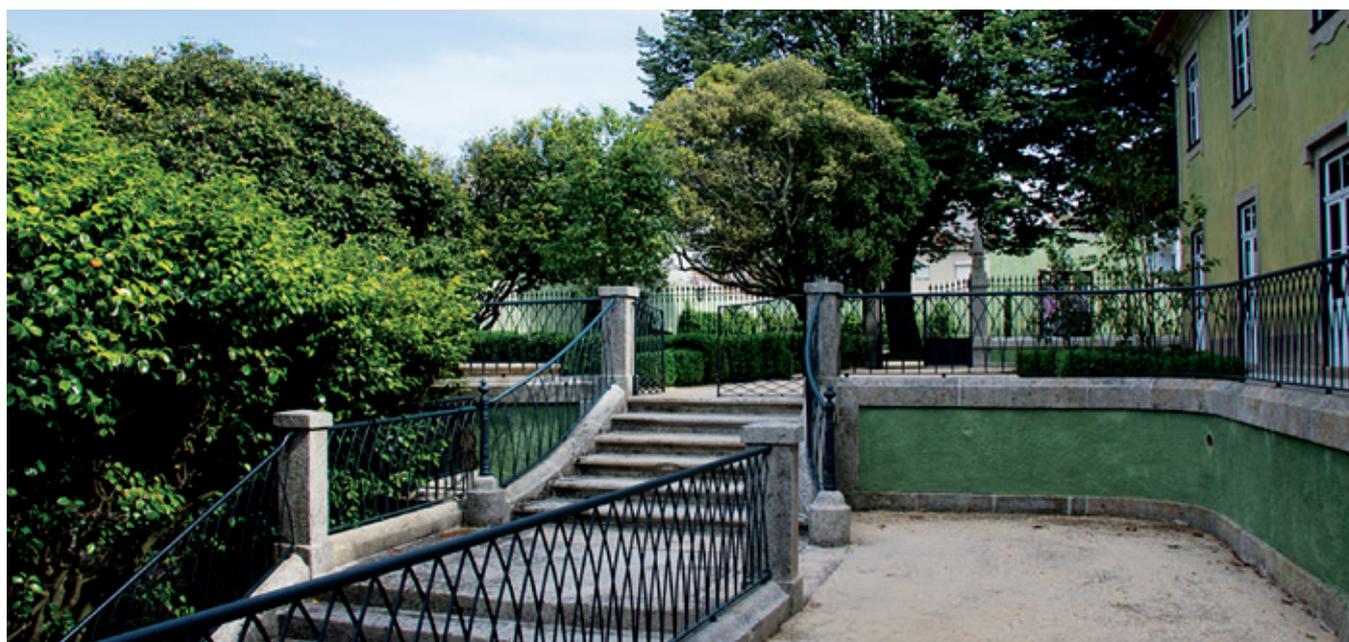
## LISTA DE TEMAS MATERIAIS

(3-2)

É com base nos objetivos da estratégia referida, apresentados na Figura 3, que se pretende desenvolver a atividade, tornando a sustentabilidade um princípio orientador da sua ação.

Ambiente	Economia	Social
Promover a eficiência energética, bem como a redução do consumo de recursos naturais, dando prioridade à utilização de fontes renováveis de energia e à redução e valorização de resíduos produzidos	Criar valor, viabilizando economicamente a Instituição	Planear e orientar os esforços no sentido de consolidar as operações da SCMP em satisfazer as necessidades e expectativas das suas partes interessadas

Figura 3: Objetivos definidos para a estratégia de sustentabilidade 2022-2025.



## GESTÃO DOS TEMAS MATERIAIS

(3-3)

Apresentam-se as medidas propostas para se atingir os objetivos definidos, mitigando impactos negativos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

Âmbito	Medidas
Ambiente	Promover eficácia na gestão de resíduos
	Promover a utilização eficiente dos recursos e consumo sustentável
	Fomentar a transição para a utilização de fontes de energia renováveis
	Incentivar a mobilidade sustentável
Economia	Desenvolver a economia circular
	Criar enquadramentos políticos sólidos, com base em estratégias de desenvolvimento
	Promover o empreendedorismo social e a integração no mercado de trabalho da população mais vulnerável
	Desenvolver infraestruturas energeticamente sustentáveis
	Potenciar a recuperação e reabilitação do património da instituição, preservando o edificado da SCMP
	Assumir a inovação e transformação digital como fatores de melhoria no nível de eficiência dos processos
	Incluir critérios ambientais, sociais e de segurança nos processos de seleção e avaliação de fornecedores
Social	Implementar a norma voluntária ISO 26000 na atividade
	Promover sociedades justas e mais inclusivas, fomentando hábitos e comportamentos responsáveis
	Aproximar os trabalhadores à Instituição (voluntariado corporativo)
	Criar enquadramentos políticos sólidos (fortalecimento do princípio da cooperação com a União das Misericórdias)
	Promover o empreendedorismo social e a integração no mercado de trabalho da população mais vulnerável

Tabela 9: Medidas propostas para cada âmbito da estratégia de sustentabilidade.

# GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

## VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

(201-1)

Com base nas demonstrações financeiras apresentadas para o resultado do exercício do ano de 2024, as seguintes tabelas ilustram o valor económico direto gerado, por rubrica e Área de Exploração, e o valor económico distribuído, conforme o modelo analítico definido na SCMP.

Área de Exploração	Vendas e Serviços Prestados	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos	Juros e Rendimentos Similares Obtidos
Agricultura	298.371 €	89.727 €	31.378 €	0 €
Ambiente	13.953 €	1.992 €	5.218 €	0 €
Cultura	122.086 €	2.313 €	204.350 €	0 €
Educação	2.002.392 €	759.448 €	197.662 €	0 €
Ensino Especial	209.542 €	1.632.809 €	25.132 €	0 €
Justiça	2.006.159 €	0 €	17.389 €	0 €
Juventude	0 €	124.112 €	29 €	0 €
Projetos Especiais	525.773 €	511.236 €	10.611 €	0 €
Património de Rendimento	173.012 €	0 €	6.457.517 €	0 €
Saúde	43.750.115 €	1.538.346 €	2.250.325 €	64 €
Social	2.644.053 €	2.415.779 €	89.230 €	4 €
SPeC	33.785 €	75.190 €	115.263 €	0 €
<b>Total</b>	<b>51.779.241 €</b>	<b>7.150.953 €</b>	<b>9.404.064 €</b>	<b>68 €</b>

Tabela 10: Valor económico direto gerado distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€).

Área de Exploração	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Juros e Gastos Similares Suportados
Agricultura	5.656 €	100.545 €	119.783 €	6.454 €	1.710 €
Ambiente	672 €	240.406 €	173.094 €	14.244 €	0 €
Cultura	7.382 €	295.805 €	562.794 €	4.947 €	0 €
Educação	75.795 €	1.055.700 €	2.266.968 €	8.439 €	18 €
Ensino Especial	40.743 €	644.895 €	1.340.489 €	50.465 €	0 €
Justiça	431.950 €	1.017.873 €	576.157 €	69.458 €	0 €
Juventude	494 €	24.880 €	78.611 €	0 €	0 €
Projetos Especiais	248 €	586.531 €	446.475 €	43.978 €	0 €
Património de Rendimento	240 €	1.070.704 €	188.465 €	15.724 €	40.286 €
Saúde	5.570.799 €	17.228.074€	22.725.221€	207.202 €	6.664 €
Social	175.421€	3.378.596€	4.430.694 €	27.581 €	1 €
SPeC	13.261 €	812.249 €	3.556.885 €	237.426 €	328.525 €
<b>Total</b>	<b>6.322.661 €</b>	<b>26.456.258 €</b>	<b>36.465.637 €</b>	<b>685.917 €</b>	<b>377.202 €</b>

Tabela 11: Valor económico distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€).

O valor económico retido, que corresponde à diferença entre o valor económico direto gerado (68.334.327 €) e o valor económico distribuído (70.307.675 €), foi de - 1.973.348 €.

### IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES DECORRENTES DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (201-2)

As alterações climáticas continuaram a promover danos nas culturas, verificando-se novamente secas prolongadas e insoleção das culturas. Neste sentido, voltou a registar-se a degradação das plantas por choque térmico e baixas na produção, impactando igualmente a produção dos anos seguintes. A falta de geadas dentro de época, bem como geadas ou granizo fora de época, e o florescimento das amendoeiras e laranjeiras mais cedo são fatores que também contribuem para baixar os níveis de produção. Adicionalmente, as horas de frio necessárias à frutificação é mais um parâmetro a ter atenção.

Verificou-se, também, que as populações de alguns insetos que eram considerados raros estão a aumentar, destacando-

-se entre eles o inseto da Cicadela, uma vez que se reuniram as condições climatéricas para que este se mantivesse como praga.

Não foi possível quantificar as implicações financeiras resultantes das alterações climáticas. No entanto, estima-se que tenha havido uma redução na receita de aproximadamente 3 %, face ao período homólogo, devido à insolação. Realça-se o custo de algumas medidas tomadas para minimizar os danos referidos, tendo este sido de, pelo menos, 1.274,86 €.

Por forma a atenuar os efeitos das alterações climáticas, foram implementadas determinadas medidas, designadamente tratamentos com cálcio e cobre, aplicação de protetor solar para plantas e aplicação de pesticidas. Complementarmente, também foram adotadas práticas culturais em tempo adequado, como por exemplo a antecipação da despampa.

## OBRIGAÇÕES DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO E OUTROS PLANOS DE APOSENTADORIA

(201-3)

Todos os trabalhadores descontam para o Instituto da Segurança Social, sendo aplicadas as regras definidas pelo mesmo. No entanto, em 2024 ainda se verificou o pagamento de pensões de antigos trabalhadores que beneficiam dos descontos efetuados para a caixa privativa da SCMP, cujo valor foi de 144.945 €.

No que respeita ao plano de pré-aposentadoria, os trabalhadores beneficiam de 70 % do vencimento base, pago em catorze (14) meses.

## APOIO FINANCEIRO RECEBIDO DO GOVERNO

(201-4)

A Tabela 12 contém o valor monetário total do apoio financeiro recebido pela SCMP do Governo, durante 2024, discriminado pela tipologia.

Descrição	Valor total (€)
Benefícios e créditos fiscais	0 €
Subsídios	7.056.920 €
Subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões	0 €
Prémios	770 €
Incentivos que retardam o pagamento de royalties	0 €
Apoio financeiro de Agências de Crédito a Exportação	0 €
Incentivos financeiros	0 €
Outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de qualquer governo para qualquer operação	Informação Indisponível

Tabela 12: Apoio financeiro recebido em 2024.

# GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO

## PROPORÇÃO ENTRE O SALÁRIO MAIS BAIXO E O SALÁRIO MÍNIMO LOCAL, COM DISCRIMINAÇÃO POR GÉNERO

(202-1)

A proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo, por sexo, é de 1 para ambos, dado que o salário mínimo local é igual ao salário mínimo nacional. Para os prestadores de serviço não é tido o salário mínimo, mas sim o valor/hora ou valor/tarefa.

## PROPORÇÃO DE MEMBROS DE GESTORES SÉNIOR CONTRATADOS NA COMUNIDADE LOCAL

(202-2)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o percentual de membros de chefia contratados na comunidade local.

# GRI 203: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS

## INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E APOIO A SERVIÇOS

(203-1)

Na tabela infra detalham-se os investimentos em apoio a serviços significativos, e respetivos impactos esperados nas comunidades e economias locais.

Descrição	Valor total (€)
Aquisição de duzentos e dezanove (219) computadores portáteis recondicionados por forma a minimizar custos e o impacto ambiental, consequente da implementação do plano global de substituição dos computadores obsoletos.	=89.900,00
Aquisição de uma plataforma para a catalogação digital da coleção de retratos do MMIPO (disponível em: <a href="https://mmipo.inwebonline.net/">https://mmipo.inwebonline.net/</a> ). Espera-se que esta plataforma permita o acesso a informação rápida e gratuita para a comunidade académica, da área da investigação, e para profissionais do setor cultural. O facto de se tornar visível a coleção poderá, também, tornar propícia a visita e interesse pelo MMIPO e pelo estudo das suas coleções, bem como torná-lo num espaço de referência no que diz respeito à disponibilização e organização da informação.	24.364,00
Aquisição da plataforma HER Gestão de Risco Hospitalar, cuja previsão de pleno funcionamento é agosto de 2025, para a notificação de incidentes e de eventos adversos, clínicos e não clínicos, acessível a todos os profissionais do HP, esperando-se, nomeadamente, aumentar a segurança do doente; reduzir o número de incidentes e de eventos adversos; promover uma cultura de segurança e melhoria contínua; e garantir o cumprimento de normas aplicáveis à notificação incidentes e de eventos adversos, à gestão do risco e os critérios de auditoria CHKS; entre outros.	20.231,04
Aquisição de materiais para reforço do parque assistencial.	13.631,25
Criação de uma sala específica para as famílias de origem poderem estar com as crianças do acolhimento familiar, com vista a minimizar o impacto da perda de laços afetivos, garantindo a sua segurança das crianças e o anonimato das famílias de acolhimento.	2.582,39
Adoção da plataforma Moodle, bem como a atualização da sua última versão, feita em outubro 2024, esperando-se uma melhoria na qualidade do serviço prestado à comunidade, visto que a plataforma permitiu aumentar o volume de formação, reduzindo o impacto no normal funcionamento dos serviços e facilitando a gestão pessoal e de tempo do trabalhador.	1.476,00
Adoção da plataforma ANKIRA na CR e aquisição de equipamentos necessários para a sua utilização.	895,00
Aquisição de doze (12) <i>tablets</i> para utilização pelos educadores na creche, para que estes possam prestar um serviço de maior qualidade, por via de um melhor acompanhamento das crianças.	870,00
Criação do CAC para o atendimento de doentes pouco urgente encaminhados pelo Serviço Nacional de Saúde, triados com pulseiras azuis ou verdes, com o objetivo de aliviar as urgências dos hospitais e proporcionar um atendimento mais rápido e eficaz, num ambiente acolhedor.	53.783,83
Aquisição de um frigorífico exclusivo para armazenamento de vacinas, com o intuito de se promover um serviço mais eficiente e seguro.	998,76

Tabela 13: Descrição dos investimentos significativos efetuadas em 2024 e respetivos impactos esperados.

Adicionalmente, também se realizaram obras para reabilitação de edifícios do património de rendimento, no valor de 411.129,44 €, tendo em vista o aumento da oferta habitacional no mercado de arrendamento.

## IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS SIGNIFICATIVOS

(203-2)

Na Tabela 14, apresentam-se alguns exemplos de impactos económicos indiretos significativos da SCMP já identificados.

Investimento	Impactos económicos indiretos positivos já identificados
Computadores portáteis	Permitiu a melhoria da produtividade e do serviço prestado aos residentes.
Plataforma para a catalogação digital da coleção do MMIPO	Democratização do acesso à cultura, dando a possibilidade de a comunidade local conhecer melhor a sua história e os seus antepassados, permitindo a possibilidade de serem desenvolvidos mais estudos nesta área.
Plataforma Moodle	Aumento da produtividade da SCMP e diminuição dos custos associados à aquisição de papel, alocação de recursos humanos, transportes, tempo e eficácia de resposta, bem como a diminuição do risco de extravio de informação. Neste sentido, para além de contribuir com práticas mais sustentáveis, a adoção da plataforma possibilita a extração de indicadores e métricas relativos à formação, permitindo uma melhor gestão de todo o processo.
Plataforma ANKIRA	Centralização da informação, bem como facilidade no acesso e tratamento da mesma, aumentando, assim, a produtividade, dado que esta plataforma permite o acesso aos dados a partir de qualquer local.
Tablets	Maior eficiência e produtividade, resultante da possibilidade de os educadores poderem realizar os registos a qualquer momento e em qualquer local, face à anterior solução, não sendo necessário dedicar um tempo específico para se deslocarem a um computador e proceder aos registos.
CAC	Satisfação dos clientes e aumento da procura dos serviços do HP. Aumento da satisfação dos clientes derivado ao rápido, acolhedor e eficaz atendimento, que se traduz num aumento da visibilidade do HP e dos serviços prestados.
Frigorífico para armazenamento de vacinas	Traduziu-se numa medida de melhoria, dada a dificuldade significativa no serviço de Medicina no Trabalho, procurando assegurar condições adequadas de armazenamento, bem como garantir a integridade e eficácia das vacinas.

Tabela 14: Descrição dos exemplos de impactos económicos indiretos significativos já identificados.

# GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRA

---

## PROPORÇÃO DE GASTOS COM FORNECEDORES LOCAIS

(204-1)

Informação indisponível – Não foi possível determinar a percentagem do orçamento de compras utilizada em UO importantes que é gasto com fornecedores locais. Destacamos, contudo, que a percentagem do orçamento para compras da QA em fornecedores locais, isto é, nos concelhos e nas freguesias envolventes, num raio de 70 km, correspondeu a um percentual de 10 a 20 %.

# GRI 205: ANTI-CORRUPÇÃO

---

## OPERAÇÕES AVALIADAS QUANTO A RISCOS RELACIONADOS À CORRUPÇÃO

(205-1)

Em 2024 foi revisto o PPRCIC da SCMP, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro. Por conseguinte, de um total de trinta e dois (32) UO/serviços que incorporam a SCMP, conforme apresentados no PPRCIC, foram avaliadas trinta (30) unidades orgânicas relacionadas com esta matéria, representando um peso de 93,8 %.

Com base no PPRCIC, e de acordo com a avaliação efetuada, identificaram-se duzentos e cinquenta e um riscos (251), no qual nove (9) riscos são elevados ou máximos, distribuídos da seguinte forma: quatro (4) na Casa de Santo António, um (1) no DGOSI, dois (2) no GAI e dois (2) no GAJC.

## COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

(205-2)

No que respeita à comunicação e capacitação para consciencializar e dotar de competências necessárias para combater a corrupção, a Tabela 15 detalha os dados obtidos nesta matéria, não existindo dados compilados sobre o número e percentagem de membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas políticas de combate à corrupção.

Descrição	N.º total	Percentual
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela SCMP	-	-
Membros do órgão de governança que receberam capacitação em combate à corrupção	0	0 %
Trabalhadores aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela SCMP	1.261	100 %
Parceiros de negócios aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela SCMP, discriminados por tipo de parceiro e região	Informação indisponível	Informação indisponível
<b>Trabalhadores que receberam capacitação em combate à corrupção</b>	<b>81</b>	<b>6,4 %</b>
Administrativo	14	17,28 %
Chefia	2	2,47 %
Dirigente	0	0 %
Docente	1	1,23 %
Enfermeiro	20	24,69 %
Operário	0	0 %
Pessoal de Apoio	10	12,35 %
Pessoal Médico	0	0 %
Pessoal Técnico	6	7,41 %
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	3	3,70 %
Técnico Superior	24	29,63 %
Técnico Superior de Saúde	1	1,23 %

Tabela 15: Caracterização da comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção.

## CASOS CONFIRMADOS DE CORRUPÇÃO E MEDIDAS TOMADAS (205-3)

Apresentam-se na Tabela 16 os dados referentes aos casos confirmados de corrupção.

Descrição	N.º total
Casos confirmados de corrupção	0
Casos confirmados em que trabalhadores foram demitidos ou punidos por corrupção	0
Casos confirmados em que contratos com parceiros de negócios foram rescindidos ou não renovados, decorrente de violações relacionadas à corrupção	Informação indisponível
Processos judiciais relacionados à corrupção movidos contra a SCMP ou aos seus trabalhadores	0

Tabela 16: Quantidade de casos de corrupção confirmados e das medidas tomadas.

# GRI 206: CONCORRÊNCIA DESLEAL

---

## **AÇÕES JUDICIAIS POR CONCORRÊNCIA DESLEAL, PRÁTICAS DE TRUSTE E MONOPÓLIO**

(206-1)

Não foram identificadas ações judiciais pendentes ou encerradas durante 2024 referentes a concorrência desleal e violações de leis antitruste e antimonopólio, isto é, ações que resultaram em conluio visando a criação de barreiras à entrada no setor ou outros atos que evitem a concorrência, em que a SCMP tenha sido identificada como participante.

# GRI 207: TRIBUTOS

---

## **ABORDAGEM TRIBUTÁRIA**

(207-1)

Face ao estatuto de IPSS, a SCMP tem alguns incentivos fiscais.

## **GOVERNANÇA, CONTROLO E GESTÃO DO RISCO FISCAL**

(207-2)

No que respeita à descrição da estrutura de governança e controlo fiscal, a mesma é descrita no Relatório de Gestão e Contas. Destaca-se, porém, que as demonstrações financeiras publicadas na página institucional estão sujeitas a auditorias pelo Revisor Oficial de Contas, para garantir a conformidade com as normas aplicáveis, parecer do Definitório e aprovação pela Assembleia Geral.

## **ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E GESTÃO DAS SUAS PREOCUPAÇÕES FISCAIS**

(207-3)

São realizadas auditorias, por entidades externas, para garantir a confiabilidade do reporte financeiro e a reputação da SCMP.

## **REPORTE PAÍS-A-PAÍS**

(207-4)

Não aplicável – A jurisdição fiscal da SCMP é apenas em Portugal.

# GRI 301: MATERIAIS

## MATERIAIS UTILIZADOS, DISCRIMINADOS POR PESO OU VOLUME

(301-1)

Não foi possível apurar o volume total de materiais usados para a prestação de serviços. No entanto, no ano de 2024 foram adquiridas 10.251.407 unidades de materiais, não sendo possível a sua distinção entre materiais renováveis e não renováveis. Na Tabela 17 apresenta-se a discriminação do volume de materiais por categorias.

Categorias de Materiais	Total (unidades)
Consumo clínico	3.217.212
Detergentes e material de limpeza	19.410
Equipamentos elétricos e eletrónicos	3.428
Embalagens e armazenamento	103.039
Escritório/papelaria	179.590
Higiene pessoal	1.249.394
Metais	7.176
Obras, reparações e manutenção de equipamentos	3.858
Produtos agrícolas	94
Produtos alimentares	4.738
Produtos farmacêuticos	2.800.241
Segurança e proteção	2.311.288
Têxteis	3.635
Utensílios domésticos	292.868
Outros	55.437

Tabela 17: Tipos e quantidades de materiais utilizados em 2024, por categoria.

Estes dados refletem valores reais, obtidos a partir dos registos de compras, dado que todos os materiais foram adquiridos a fornecedores externos.

## MATÉRIAS-PRIMAS OU MATERIAIS RECICLADOS UTILIZADOS (301-2)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o percentual de matérias-primas ou de materiais reciclados utilizados no fabrico dos principais produtos e serviços da SCMP.

## PRODUTOS E EMBALAGENS REAPROVEITADOS (301-3)

Em 2024 não foi possível determinar a percentagem de produtos e de embalagens reaproveitados para cada categoria de produto. Contudo, ao nível de reaproveitamento registaram-se os seguintes dados:

Descrição	Total
Baldes de produtos adquiridos, caixas vazias de fruta e outras embalagens.	25 kg
Materiais diversos, para realização de atividades (telas, bolas de esferovite, pasta modular, linhas, lãs, tecidos, botões, paus de gelados, caixas de ovos e copos de plástico).	288 unidades
Alfaias litúrgicas utilizadas no momento da consagração, feitas através de tecidos reaproveitados de toalhas inutilizadas.	46 unidades
Recuperação/restauração de toalhas de linho oferecidas ao longo dos anos, estando estas a ser utilizadas para ornamentar os espaços de culto.	31 unidades
Legendas em PVC dos bens patrimoniais da coleção da SCMP utilizados no Natal, de que são exemplos as legendas da Maquineta do Presépio do século XIX/XX exposta anualmente, não tendo sido necessária nova produção das mesmas.	-
Pedaços das lonas compostas de materiais resistentes às diferentes condições meteorológicas utilizadas para vedar as infiltrações provocadas pelas primeiras chuvas intensas.	-
Material de escritório (bolsas de plástico/micas, cliques, separadores de capas e capas de arquivo A4).	-
Papel/cartão (jornais, caixas, revistas e folhas de rascunho).	-
Arame	-
Barro	-
Garrafas de vidro	-
Plásticos	-

Tabela 18: Descrição e quantificação dos produtos e embalagens reaproveitados em 2024.

Não existe uma metodologia única para a compilação dos dados obtidos, visto que alguns foram obtidos por via de mapas de registos próprios e outros recorreu-se a estimativas.

# GRI 302: ENERGIA

## CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO (302-1)

O consumo total de combustíveis dentro da SCMP foi de 54.420,79 gigajoules (GJ), encontrando-se discriminado na Tabela 19 por tipo de fonte de combustível.

Descrição		Total (GJ)
Fontes não renováveis	Gás natural	53.261,96
	Gás propano	135,56
	Gasolina	149,50
	Gasóleo	873,77
Fontes renováveis	Solar	Informação indisponível

Tabela 19: Discriminação do consumo total de combustíveis, por fonte.

Em relação à eletricidade, o valor total do consumo foi de 18.336,94 GJ e o valor total de eletricidade vendida foi de 15,88 GJ.

Assim, o consumo total/absoluto de energia dentro da Instituição foi de 72.757,73 GJ, que corresponde ao somatório entre o valor total dos combustíveis consumidos (não renováveis e renováveis) com o valor da eletricidade consumida.

Para os valores apresentados, foram analisadas as faturas referentes a 2024, disponíveis até à data, dos vários fornecedores de eletricidade (quilowatt-hora), gás natural (metros cúbicos), gás propano (quilograma), gasóleo (litros) e gasolina (litros) da SCMP. No caso da eletricidade, teve-se por base o consumo médio diário imputado ao número de dias de cada mês. Para os restantes, teve-se por base o período de faturação constante nas faturas, considerando o mês do último dia do período de faturação.

Em 2024, alguns dos contadores de eletricidade das instalações da SCMP eram inteligentes com telecontagem, pelo que os valores dos consumos registados das respetivas faturas são reais. Contudo, a maioria dos contadores instalados são de leitura por estimativa, no qual, por vezes, os acertos ocorrem em diferentes períodos de reporte.

A conversão das unidades de medidas das faturas para GJ teve como base as seguintes fórmulas de cálculo:

$$\bullet \text{ Eletricidade (GJ)} = \text{Consumo (kWh)} \times \frac{3600}{10^6}$$

$$\bullet \text{ Gás Natural (GJ)} = \text{Consumo (m}^3\text{)} \times \frac{38718}{10^6}$$

$$\bullet \text{ Gás Propano (GJ)} = \text{Aquisição (kg)} \times \frac{46347}{10^6}$$

$$\bullet \text{ Gasolina/Gasóleo (GJ)} = \text{Consumo (lt)} \times \frac{36083}{10^6}$$

## CONSUMO DE ENERGIA FORA DA ORGANIZAÇÃO (302-2)

Não houve registo de consumo de energia fora da SCMP.

## INTENSIDADE ENERGÉTICA (302-3)

O rácio de intensidade energética para a SCMP é de 58,16 GJ. A métrica escolhida para o denominador foi o número de trabalhadores em tempo integral, dado que a SCMP atua essencialmente na área dos serviços. Assim, a fórmula utilizada foi a seguinte:

$$\text{Intensidade Energética} = \frac{\text{Consumo absoluto de energia (GJ)}}{\text{N.º de trabalhadores em tempo integral}}$$

O consumo de energia diz respeito ao valor total consumido dentro da SCMP (GRI 302-1).

## REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

(302-4)

Por forma a reduzir o consumo de energia e, conseqüentemente, promover a eficiência energética e diminuir a pegada de carbono, a SCMP, procedeu à implementação das seguintes medidas:

- Alteração de pontos de iluminação por tecnologia LED, à semelhança do verificado em 2023;
- Programação de horários de funcionamento de algumas máquinas (por exemplo, máquinas de aquecimento), instaladas nas Residências de Estudantes;
- Cobrança de um euro por utilização da máquina de roupa na CR, aplicada apenas aos utilizadores que demonstram capacidade financeira para suportar este custo, contribuindo também para o desenvolvimento de competências;
- Utilização de sensores de luz nos corredores;
- Prevalência da otimização da luz solar;
- Controlo rigoroso da utilização do ar-condicionado;
- Regulação do horário de aquecimento da CP de forma a minimizar o consumo de gás, garantindo as necessárias condições de estabilidade térmica atendendo à imprescindível preservação de documentos e mobiliário histórico existentes;

• Adesão à campanha de comunicação do Pacto do Porto para o Clima para a promoção da sustentabilidade ambiental e a redução das emissões de carbono. Neste âmbito, foram afixados cartazes e autocolantes junto dos interruptores, por forma a sensibilizar para a redução do consumo de eletricidade.

Não foi possível apurar o volume total das eventuais reduções do consumo de energia obtidas diretamente decorrentes das iniciativas apresentadas. Contudo, na CP foi possível apurar que se verificou uma redução do consumo de eletricidade (cerca de 15 %) e do gás (cerca de 69 %), face à média de consumo anual registada desde 2015. O cálculo das reduções foi baseado na média anual de consumos, calculada através dos valores associados ao consumo numa base de dados em formato Excel.

## REDUÇÕES NOS REQUISITOS ENERGÉTICOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

(302-5)

Informação indisponível – Não foi possível apurar a existência de reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos durante 2024.



# GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES

## INTERAÇÕES COM A ÁGUA COMO UM RECURSO PARTILHADO

(303-1)

Sendo a água um bem de primeira necessidade e um recurso cada vez mais valioso, a SCMP procura sempre novas formas de otimizar a sua recolha e consumo. Neste sentido, a interação com a água caracteriza-se maioritariamente pela utilização de água abastecida pela rede pública, salientando-se o seguinte:

- Água de nascente para consumo e a água captada no rio para rega na QA;
- Otimização do sistema de rega através da regulação da pressão de água dentro dos setores, de forma a haver rega uniforme dentro de cada setor na QA;
- Utilização de poços para rega no Parque Avides Moreira (PAM) e CP;
- Recolha de água das chuvas em recipientes colocados no exterior, para posteriormente a utilizar na rega das flores que irão ornamentar os altares dos espaços de culto, bem como para lavar pavimentos, tecidos e outros objetos que fazem parte da atividade do GRC;
- Alteração do sistema de rega no CIAD para automático.

Por forma a identificar impactos relacionados com a água, nas diversas UO é realizada a monitorização do seu consumo, por via do registo e análise das faturas. Esta análise não só tem por base o consumo, mas também os valores faturados, por forma a existir uma maior consciencialização na utilização deste recurso e permitir a rápida atuação caso sejam detetadas anomalias. Adicionalmente, é de destacar que no EPSCB-F é realizado um controlo diário dos reservatórios de água, através de vistorias, nomeadamente para a deteção de fugas.

Ao nível da interação com as partes interessadas para a gestão dos recursos hídricos como um recurso partilhado, nas diversas UO foram realizadas ações junto dos trabalhadores, utentes e utilizadores para os sensibilizar sobre o consumo responsável de

água, tendo em vista a adoção de práticas mais sustentáveis e, por conseguinte, uma diminuição do seu consumo.

É exemplo o caso do PAM, onde é realizada a sensibilização para que as hortas sejam regadas nos horários de menor exposição solar, bem como para o facto de não deixarem as mangueiras ligadas. Outro exemplo é a CR, onde os utilizadores dos balneários sociais dispõem de um limite máximo de quinze (15) minutos por utente para banhos, de forma a não só a minimizar o consumo de água, mas também a consciencializar para a adoção de práticas de consumo responsável.

Paralelamente, também é garantida a sensibilização para o combate ao desperdício de água através da afixação de cartazes nas casas de banho e zonas de lavatórios. Neste sentido, no âmbito da campanha de comunicação do Pacto do Porto para o Clima, também foram afixados novos autocolantes e cartazes nestes espaços, reforçando o compromisso de sensibilizar os diferentes utilizadores para a redução do consumo de água.

De forma complementar, também se destaca a existência de reductores nos autoclismos e outros sistemas para reduzir o caudal da água, bem como a utilização de torneiras com sensores ou temporizadores.

Com as medidas anteriormente apresentadas pretendia-se obter uma redução no consumo de água, não tendo, contudo, sido definido nenhum valor específico para essa redução.

## GESTÃO DE IMPACTOS RELACIONADOS COM O DESCARTE DE ÁGUA

(303-2)

No que respeita à qualidade do descarte de efluentes, são seguidas as normas legais vigentes nesta matéria.

## CAPTAÇÃO DE ÁGUA

(303-3)

Na Tabela 20 encontram-se detalhados os valores totais de captação de água em áreas com e sem stress hídrico, em megalitros (ML), discriminados pelo tipo de fonte. Salienta-se que apenas a QA é que se encontra numa área com stress hídrico.

Descrição	Total (ML)
<b>Captação total de água de superfície</b>	<b>128,84</b>
Água de superfície	Informação indisponível
Água subterrânea	Informação indisponível
Água do mar	Não aplicável
Água produzida	Não aplicável
Água de terceiros	128,84
<b>Captação total de água de superfície com stress hídrico</b>	<b>Informação indisponível</b>
Água de superfície	Informação indisponível
Água subterrânea	Não aplicável
Água do mar	Não aplicável
Água produzida	Não aplicável
Água de terceiros	Não aplicável

Tabela 20: Discriminação da captação total de água, por fonte.

Na Figura 4 ilustra-se o consumo de água, por área de exploração, conforme o modelo analítico existente, perfazendo um total de 128,84 ML.

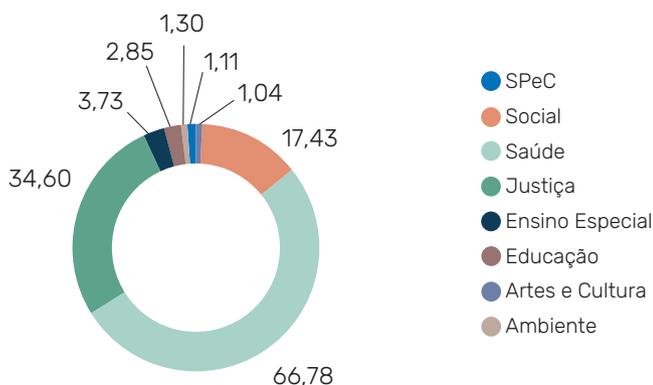


Figura 4: Distribuição de consumo de água por área de exploração, em ML.

Os valores apresentados na figura supra correspondem ao somatório dos consumos de água registados nas faturas analisadas, pelo contador e área a que dizem respeito, segundo a metodologia existente. Para efeitos de contabilização uniforme e de acordo com o histórico de consumo mensal ilustrado nas faturas, utilizou-se o critério dos fornecedores. Neste sentido, o consumo apresentado na fatura, em metros cúbicos (m<sup>3</sup>),

é afeto ao mês do último dia do período de faturação que, geralmente, coincide com o mês da data da fatura.

Importa referir que há um elevado número de contagens reais pelos respetivos fornecedores, visto que a quantidade de contadores com tipo de leitura por telemetria tem vindo a aumentar. Por outro lado, as contagens por estimativa não permitem uma análise tão rigorosa, dado que os respetivos acertos poderão ocorrer meses depois, enviesando a análise.

A conversão da unidade de medida das faturas para ML teve como base a seguinte fórmula de cálculo:

$$\bullet \text{ Água (ML)} = \text{Consumo (m}^3\text{)} \times 10^{-3}$$

**DESCARTE DE ÁGUA**

(303-4)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o total de água descartada, em ML, nas áreas com e sem stress hídrico.

**CONSUMO DE ÁGUA**

(303-5)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o consumo total de água, em ML, nas áreas com e sem stress hídrico, que corresponde ao valor da captação total de água menos o descarte total de água.



# GRI 304: BIODIVERSIDADE

## **QUILÓMETROS QUADRADOS, ARRENDADAS OU GERIDAS DENTRO OU NAS PROXIMIDADES DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS**

(304-1)

A QA localiza-se em pleno Parque Natural do Douro Internacional, e tem uma área de aproximadamente quatrocentos (400) hectares, com várias condicionantes, entre as quais Intervenções Territoriais Integradas (Douro Internacional e Douro Vinhateiro), Zona de Proteção Especial - Douro Internacional e Vale do Águeda (PTZPE00038), Faixa de proteção de Massas de água (Albufeira) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas Área Protegida - Douro Internacional (PNP). Em parte desta, existe um contrato de pastoreio, para a passagem de ovelhas, no qual é recebido um valor de mil euros (1.000 €) por ano.

No que concerne ao valor de biodiversidade, esta insere-se na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 na Categoria V da International Union for Conservation of Nature (Paisagem/Costa Protegida).

Iniciou o décimo ano de produção biológica das culturas do olival, amendoal e citrinos, considerada como exploração agrícola sustentável, face aos resultados positivos nos anos transatos. Por sua vez, a produção de uvas está no segundo ano de produção integrada, devido a doenças difíceis de combater por ausência de produtos eficazes em modo de produção biológico, cuja prevenção não é suficiente.

## **IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DE ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS NA BIODIVERSIDADE**

(304-2)

A nível de impactos diretos e indiretos significativos na biodiversidade, salienta-se a existência de um lago, localizado no meio das hortas do PAM, que contém plantas, patos, peixes, rãs e ouriços cacheiros, sendo estes últimos uma espécie protegida.

Por forma a detetar atempadamente agentes patogénicos, foram realizadas análises à água do lago e dos pontos de rega das

hortas, não tendo sido detetados vestígios de *Legionella*. De igual modo, são realizadas voluntariamente análises ao solo com o intuito de verificar se está apto para a agricultura. Assim, procede-se à monitorização da utilização dos produtos, apostando-se em ações de formação, por forma a garantir que não são utilizados produtos químicos no solo. Adicionalmente, também são realizadas avaliações fitossanitárias e propostas de intervenção.

## **HABITATS PROTEGIDOS OU RECUPERADOS**

(304-3)

A QA insere-se numa zona de elevada sensibilidade para a fauna em duzentos (200) dos quatrocentos (400) hectares (nidificação de aves), sendo também uma Zona de Proteção Especial e Parque Natural do Douro Internacional (400 Hectares), para além de sítio de interesse comunitário (10 dos 400 hectares). Como forma de minimizar os impactos decorrentes da atividade da QA, foram adotados um conjunto de práticas e produtos menos nocivos para o ambiente e fauna auxiliar.

## **ESPÉCIES INCLUÍDAS NA LISTA VERMELHA DA UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO E EM LISTAS NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO COM HABITATS EM ÁREAS AFETADAS POR OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO**

(304-4)

Informação indisponível - Não é possível apurar o número total de espécies incluídas em listas de conservação internacionais e nacionais. No entanto, destaca-se que a QA, como já foi referido anteriormente, encontra-se localizada no Parque Natural do Douro Internacional e, por este motivo, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas faz referência no seu site ao número de espécies que compõem a fauna desta área, discriminando algumas pelo seu nível de risco de extinção.

# GRI 305: EMISSÕES

## EMISSÕES DIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (GEE)

(305-1)

O total de emissões diretas de GEE foi de 3.084,59 toneladas métricas de CO<sub>2</sub>, que resulta do consumo total de gás natural, gás propano, gásóleo e gasolina. Na Figura 5 apresenta-se a distribuição das emissões diretas, por fonte de energia consumida.

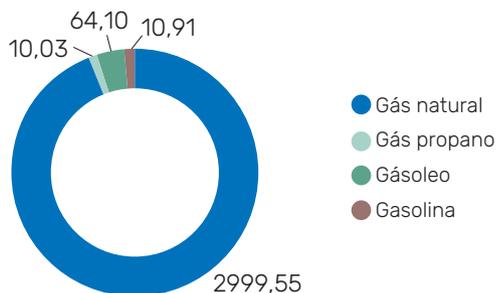


Figura 5: Distribuição da produção de emissões diretas de CO<sub>2</sub>, em toneladas métricas.

A conversão dos consumos, em GJ, para tonelada métrica de CO<sub>2</sub>, teve como base as seguintes fórmulas de cálculo:

$$\bullet \text{ Gás Natural} = \text{Consumo (GJ)} \times 56,6 \times \frac{0,995}{10^3}$$

$$\bullet \text{ Gás Propano} = \text{Consumo (GJ)} \times \frac{73,98}{10^3}$$

$$\bullet \text{ Diesel} = \text{Consumo (GJ)} \times 74,1 \times \frac{0,99}{10^3}$$

$$\bullet \text{ Gasolina} = \text{Consumo (GJ)} \times 73,7 \times \frac{0,99}{10^3}$$

## EMISSÕES INDIRETAS DE GEE PROVENIENTES DA AQUISIÇÃO DE ENERGIA

(305-2)

O total de emissões indiretas de GEE foi de 4,6 toneladas métricas de CO<sub>2</sub>, que resulta do consumo total de eletricidade em 2024, em GJ. A conversão do consumo, em GJ, para tonelada métrica de CO<sub>2</sub>, teve como base a seguinte fórmula de cálculo:

$$\bullet \text{ Emissões provenientes do consumo de eletricidade} = \text{Consumo (GJ)} \times 2,5091 \times 10^{-4}$$

## OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS DE GEE

(305-3)

O total de outras emissões indiretas de GEE foi de 247,72 toneladas métricas de CO<sub>2</sub>, que resulta da produção de resíduos orgânicos. Para contabilizar o volume total de resíduos orgânicos produzidos na Instituição foram utilizados os registos de uma base de dados interna que agrega a produção mensal estimada deste tipo de resíduos em todas as UO. Após a sua recolha por um Operador de Gestão de Resíduos (OGR) especializado, são devidamente tratados e transformados em composto orgânico que posteriormente poderá ser utilizado como fertilizante.

A conversão da produção de resíduos orgânicos, em toneladas métricas, para tonelada métrica de CO<sub>2</sub>, teve como base a seguinte fórmula:

$$\bullet \text{ Emissões provenientes de resíduos orgânicos} = \text{Resíduos orgânicos (toneladas)} \times 1,9$$

## INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GEE

(305-4)

O Índice de intensidade de emissões de GEE foi de 0,046 o que significa que por cada GJ de energia consumida foram geradas 0,046 toneladas métricas de CO<sub>2</sub>. A métrica escolhida para o denominador foi o valor total de energia consumida, em GJ, dado que a SCMP atua essencialmente na área dos serviços. Assim, a fórmula utilizada foi a seguinte:

$$\bullet \text{ Intensidade (GEE)} = \frac{\text{Emissões absolutas de GEE}}{\text{Energia total consumida}}$$

O valor das emissões absolutas, em toneladas métricas de CO<sub>2</sub>, corresponde ao somatório das diretas e indiretas, perfazendo um total de 3.336,91.

### **REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GEE**

(305-5)

Informação indisponível – Não foi possível apurar as reduções de emissões de GEE como resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO<sub>2</sub>.

### **EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZONO (SDO)**

(305-6)

Informação indisponível – Não foi possível quantificar a emissão deste tipo de gases.

### **EMISSÕES DE ÓXIDOS DE AZOTO (NOX), ÓXIDOS DE ENXOFRE (SOX) E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS**

(305-7)

Informação indisponível – Não foi possível quantificar a emissão deste tipo de gases.



# GRI 306: RESÍDUOS

## PRODUÇÃO DE RESÍDUOS E IMPACTOS SIGNIFICATIVOS RELACIONADOS A RESÍDUOS (306-1)

Ao longo do ano, foram produzidos elevados volumes de resíduos de diversas tipologias, como consequência dos serviços prestados.

Na sua maioria, as atividades da SCMP geraram resíduos não perigosos (aproximadamente 70 % do total de resíduos), tratando-se, nomeadamente, papel e cartão, plástico e metal, vidro e resíduos orgânicos. Contudo, resultante maioritariamente da atividade hospitalar, foi registado um grande volume de resíduos perigosos, traduzindo-se em aproximadamente 30 % do total de resíduos.

No sentido de prevenir eventuais impactos que possam surgir, e em conformidade com a legislação em vigor, a SCMP colabora com vários OGR, de modo a garantir o correto encaminhamento dos resíduos.

## GESTÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS RELACIONADOS A RESÍDUOS (306-2)

Relativamente às medidas adotadas para evitar a produção de resíduos, assim como para gerir os impactos significativos dos resíduos gerados nas atividades realizadas, destacam-se:

- Aumento do preço da opção “com copo” no fornecimento de bebidas da máquina de venda automática nos SPeC, como forma de desencorajador a utilização do copo descartável;
- Desenvolvimento de um projeto piloto de economia circular em quatro (4) UO, baseado num banco virtual de partilha de materiais inutilizados e com potencial para utilização ou reparação;
- Gestão do serviço alimentar do CNSE pela aplicação ePass, permitindo reduzir o desperdício alimentar por via de um melhor controlo do número de refeições;

- Implementação de pontos de deposição e recolha de roupa, calçado, brinquedos e marroquinaria em cinco (5) UO, por via do protocolo estabelecido com a H SARAH Trading;

- Pilha de compostagem, como medida de economia circular, que fornece composto para as hortas comunitárias e para os jardins da SCMP. Esta pilha é alimentada pelos resíduos verdes do PAM, nomeadamente, resíduos de fácil decomposição, excluindo-se troncos ou ramos de grande dimensão. Adicionalmente, cada talhão tem um compostor, ou seja, o composto gerado é usado para consumo da própria horta;

- Realização de atividades de reaproveitamento de materiais nas diversas oficinas do CIAD, em atividades com os alunos do CNSE e nos ateliers das ERPI. No caso do CIAD, destaca-se a existência de um eco táxi, que é um carro que permite a recolha de materiais pelas diferentes salas, tendo sido registadas trinta e três (33) recolhas;

- Realização de uma dinâmica nos SPeC, denominada “SustentaQuiz – SPeC”, enquadrada na sensibilização aos trabalhadores para a correta triagem dos resíduos e adoção de medidas de reaproveitamento;

- Reaproveitamento de madeiras para a decoração dos espaços, tais como a utilização de troncos de árvores abatidas por doença para a criação de bancos e paletes de madeira para produção de pontos de separação de lixo, bancos, entre outros. Adicionalmente, as madeiras também são utilizadas para a criação de suportes de mobiliário;

- Reaproveitamento de mobiliário, equipamentos e material de escritório inutilizado;

- Reaproveitamento de recipientes para transporte de pequenas peças e ferramentas utilizadas para realizar reparações no sistema de rega da QA;

- Reaproveitamento de recipientes, tais como baldes, garrafas e garrafões, para a criação de vasos onde serão produzidas flores para a decoração dos espaços de culto da Instituição. Adicionalmente, também se destaca o reaproveitamento de sobras alimentares, nomeadamente borras de café e saquetas de chá, para fertilização dessas mesmas flores;

- Reaproveitamento de vestuário que se encontra fora de uso para utentes carenciados;
- Recolha de caixas de frutarias da cidade do Porto, que de outra forma seriam tratadas como resíduos, e a sistematização do reaproveitamento de caixas de plástico deixadas nos estabelecimentos, sobretudo pelo fornecedor da alimentação, para reutilização pela QA;
- Reutilização de material utilizado na realização de eventos, tais como canetas, blocos de notas e lanyards;
- Trituração dos resíduos resultantes das podas para incorporação no solo como matéria orgânica, de forma a existir reciclagem de nutrientes;
- Utilização de desperdícios de materiais acid-free, utilizados na construção de caixas de preservação de documentos, para construção de legendas e outros materiais de apoio às exposições;
- Utilização de todos os têxteis mais velhos como panos de limpeza.

Relativamente ao tratamento dos resíduos gerados, a SCMP recorre a OGR especializados para o efeito, no qual é pedido o seu título único ambiental para o Código LER do resíduo em causa antes de se começar a trabalhar com o mesmo.

Destaca-se, ainda, que os resíduos gerados pelo EPSCB-F, nomeadamente o lixo comum, são recolhidos pela empresa PreZero, cujas certificações transmitem a conformidade com as obrigações legais aplicáveis.

Em relação à recolha e monitorização de dados relacionados com resíduos, a SCMP continua a dar seguimento ao caminho

traçado desde há vários anos, considerando a proteção do ambiente como um bem maior e a gestão de resíduos como uma ferramenta fundamental para o conseguir. Neste sentido, são realizadas auditorias às UO, com o intuito de detetar se os resíduos estão a ser encaminhados para o ponto de deposição intermédio indicado e, conseqüentemente, se serão tratados da forma correta; identificar os tipos de resíduos gerados; avaliar o estado de conservação dos equipamentos e a higienização dos espaços; entre outros.

Desta forma, e trabalhando ativamente com vários OGR, a SCMP desenvolve novas ideias e metodologias de trabalho no sentido de potenciar o reaproveitamento de materiais, seguindo uma filosofia de economia circular que permita a minimização do impacto ambiental.

Para além disso, procede-se à monitorização das Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR), faturas e talões de pesagem, de modo a permitir um melhor conhecimento dos resíduos produzidos, tipologia e origem, possibilitando, assim, que a tomada de decisão seja ainda mais consciente.

## RESÍDUOS GERADOS

(306-3)

O peso total dos resíduos gerados foi de 516,66 toneladas métricas. Na Figura 6, apresenta-se a discriminação deste total pelo tipo de resíduo.

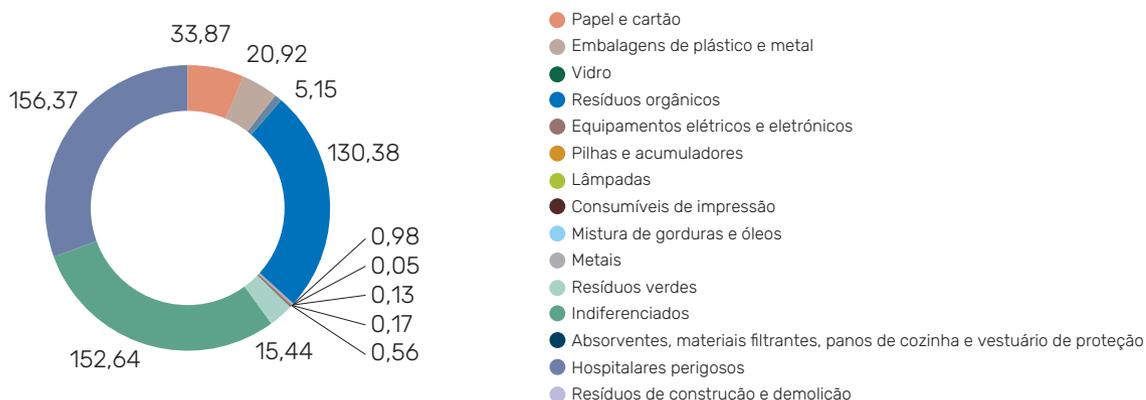


Figura 6: Distribuição da tipologia de resíduos produzidos, em toneladas métricas.

Para além da consulta das faturas, e-GAR e talões de pesagem referidos no GRI 306-2, os valores dos resíduos seletivos, designadamente papel e cartão, plástico e vidro, bem como os dos resíduos orgânicos e verdes, foram maioritariamente estimados em função da recolha de dados internos e das estimativas fornecidas pela Porto Ambiente, que é um dos OGR que presta serviço à SCMP.

Importa salientar que ficam excluídos desta contabilização os resíduos gerados pelo EPSCB-F, uma vez que estes se referem à atividade global do estabelecimento e não à atividade desenvolvida pela SCMP no seu interior.

### RESÍDUOS NÃO DESTINADOS PARA DEPOSIÇÃO FINAL (306-4)

Os resíduos que não vão para deposição final são todos os que têm potencial de revalorização, tendo sido registado, em 2024, um peso total de 360,32 toneladas métricas.

Na Tabela 21 discrimina-se o peso total por categoria: segundo o tipo de resíduos, perigosos e não perigosos, e segundo o tipo de operação de deposição.

Descrição	Peso total (toneladas métricas)
<b>Resíduos não destinados para deposição</b>	<b>360,32</b>
<b>Resíduos perigosos não destinados para deposição</b>	<b>0,72</b>
Preparação para reutilização	0
Reciclagem	0,72
Outras operações de recuperação	0
Resíduos perigosos não destinados para deposição dentro da SCMP	Não aplicável
Resíduos perigosos não destinados para deposição fora da SCMP	0,72
<b>Resíduos não perigosos não destinados para deposição</b>	<b>359,6</b>
Preparação para reutilização	0
Reciclagem	359,6
Outras operações de recuperação	0
Resíduos não perigosos não destinados para deposição dentro da SCMP	Não aplicável
Resíduos não perigosos não destinados para deposição fora da SCMP	359,6

Tabela 21: Caracterização dos resíduos não destinados para deposição final, em 2024.

Nos resíduos perigosos que não vão para deposição final são contabilizados alguns Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), pilhas e baterias ou lâmpadas, sendo os restantes resíduos não perigosos e que são aproveitados para outros fins, tais como a reciclagem ou compostagem, exemplificando-se o papel, cartão, plástico, metal, vidro, orgânicos, mistura de gorduras e óleos, entre outros.

### RESÍDUOS DESTINADOS PARA DEPOSIÇÃO FINAL (306-5)

Para deposição final vão todos os resíduos que não têm qualquer tipo de reaproveitamento ou capacidade de revalorização, tendo sido registado, em 2024, um peso total de 156,37 toneladas métricas.

Na Tabela 22 discrimina-se o peso total por categoria: segundo o tipo de resíduos, perigosos e não perigosos, e segundo o tipo de operação de deposição.

Descrição	Peso total (toneladas métricas)
<b>Resíduos destinados para deposição</b>	<b>156,37</b>
<b>Resíduos perigosos destinados para deposição</b>	<b>156,37</b>
Incineração (com recuperação de energia)	Informação indisponível
Incineração (sem recuperação de energia)	Informação indisponível
Aterro	0
Outras operações de deposição	156,37
Resíduos perigosos destinados para deposição dentro da SCMP	Não aplicável
Resíduos perigosos destinados para deposição fora da SCMP	156,37
<b>Resíduos não perigosos destinados para deposição</b>	<b>0</b>
Incineração (com recuperação de energia)	Informação indisponível
Incineração (sem recuperação de energia)	Informação indisponível
Confinamento em aterro	0
Outras operações de deposição	0
Resíduos não perigosos destinados para deposição dentro da SCMP	Não aplicável
Resíduos não perigosos destinados para deposição fora da SCMP	0

Tabela 22: Caracterização dos resíduos destinados para deposição final, em 2024.

Entendem-se como resíduos perigosos aqueles cuja composição representa um elevado perigo ambiental ou de saúde como, por exemplo, os resíduos hospitalares, e vão para deposição final os que não têm qualquer tipo de reaproveitamento ou transformação em matéria reaproveitável. Por sua vez, os resíduos não perigosos que têm como destino a deposição final são essencialmente os resíduos urbanos, idênticos aos que são produzidos nas habitações próprias e que vão para o lixo comum, não sofrendo qualquer tipo de separação.

Para a obtenção dos dados referentes a resíduos não destinados para deposição final (GRI 306-4) e destinados para deposição final, foi utilizada a base de dados que contém os registos dos resíduos produzidos, nomeadamente, o peso estimado de recicláveis (papel e cartão, plástico e vidro) e de orgânicos, isto é, os que são encaminhados para compostagem, bem como o mapa integrado de registo de resíduos, que diz respeito às quantidades que resultaram em emissão de e-GAR ao longo do ano. Salienta-se que este mapa resulta do cumprimento de um requisito legal, sendo necessário submetê-lo à Agência Portuguesa do Ambiente.

É de salientar que a decisão sobre o destino final dos resíduos é da responsabilidade dos OGR, uma vez que são entidades licenciadas e especializadas em gestão de resíduos, pelo que determinam qual será a operação de tratamento a que estes estarão sujeitos, por forma a minimizar o seu impacto ambiental. Para além disso, refira-se que para a mesma categoria de resíduos como, por exemplo, os REEE, alguns podem ser considerados perigosos e outros não, dependendo da sua composição química e dos efeitos nefastos que alguns dos materiais que os constituem possam provocar no meio ambiente.

# GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

## NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS AMBIENTAIS

(308-1)

A escolha de novos fornecedores e a sua contratação não teve por base critérios ambientais, justificando-se, em parte, pela falta de oferta.

No entanto, tem sido discutido junto de alguns fornecedores a possibilidade de mudança de alguns paradigmas por forma a serem adotadas medidas mais sustentáveis. Face à instabilidade ainda sentida nos mercados e ao contexto macroeconómico vivido em 2024, foi considerado ainda não ser oportuna a mudança de paradigma que vá de encontro a uma economia verde e circular, mais sustentável. Todavia, os fornecedores mostraram-se recetivos à mudança e convictos que a mesma poderá estar para breve.

É, ainda, de destacar que a longo prazo espera-se adotar as orientações da norma ISO 20400 – Compras Sustentáveis – de forma a garantir que as compras realizadas são ambiental e socialmente responsáveis, integrando a sustentabilidade e a responsabilidade social no processo de compra. Salienta-se o facto de esta norma fornecer diretrizes e não requisitos, pelo que não se destina a fins de certificação, mas sim incorporar a sustentabilidade na realização das compras efetuadas para a SCMP, reduzindo impacto no meio ambiente e demonstrando responsabilidade social da sua cadeia de abastecimento.

## IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS DA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS

(308-2)

A Tabela 23 contém os dados referentes a impactos ambientais negativos significativos, reais e potenciais, na cadeia de fornecedores.

Descrição	Total
N.º de fornecedores avaliados com relação aos impactos ambientais	0
N.º de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos reais e potenciais	0
Impactos ambientais negativos significativos - reais e potenciais - identificados na cadeia de fornecedores	Não foram identificados
Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos - reais e potenciais - com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada	0%
Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos, reais e potenciais, com os quais a SCMP encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação efetuada	0%

Tabela 23: Análise dos fornecedores quanto a impactos ambientais negativos.

# GRI 401: EMPREGO

## NOVAS CONTRATAÇÕES E ROTATIVIDADE DE TRABALHADORES (401-1)

O número total de novas contratações de trabalhadores durante 2024 foi de cento e cinquenta (150), correspondendo a uma taxa de 11,9 %. A sua distribuição por sexo e faixa etária encontra-se representada na Figura 7.

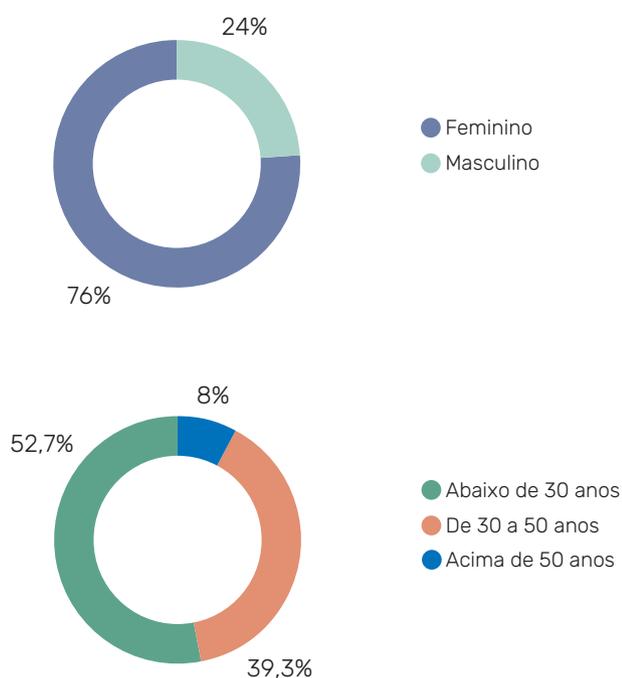


Figura 7: Distribuição do número total de novas contratações por sexo e por faixa etária.

Por sua vez, a taxa de rotatividade de trabalhadores contratados durante 2024 foi de 10,9%, tendo sido calculada com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$\text{Taxa de novas contratações} = \frac{\text{N.º de contratações}}{\text{N.º total de trabalhadores}} \times 100$$

Na Tabela 24 apresentam-se as taxas de rotatividade de trabalhadores contratados por sexo e por faixa etária, tendo sido calculadas com base na seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de rotatividade} = \frac{(\text{N.º de entradas} + \text{N.º de saídas}) / 2}{\text{N.º total de trabalhadores}} \times 100$$

Descrição	Taxa de rotatividade (%)
Sexo masculino	11,5
Sexo feminino	10,8
Abaixo dos 30 anos	37,3
Entre 30 e 50 anos	8,2
Acima dos 50 anos	5,8

Tabela 24: Taxa de rotatividade de trabalhadores contratados em 2024, por sexo e faixa etária.

## BENEFÍCIOS OFERECIDOS A TRABALHADORES EM TEMPO INTEGRAL QUE NÃO SÃO OFERECIDOS A TRABALHADORES TEMPORÁRIOS OU DE PERÍODO PARCIAL (401-2)

No que respeita a benefícios que são padrão para os trabalhadores de todas as UO da SCMP em tempo integral, elencam-se os seguintes:

- Direito à Desconexão;
- Fundo de Emergência de Ação Social;
- Natal Misericórdia;
- Vacinação Anual Contra a Gripe;
- Seguro de saúde.

**LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE**

(308-3)

A Tabela 25 detalha os dados relativos à licença maternidade/paternidade, discriminados por sexo.

Descrição	Feminino	Masculino
N.º total de trabalhadores com direito a tirar licença	956	305
N.º total de trabalhadores que tiraram licença	23	11
N.º total de trabalhadores que retornaram ao trabalho depois do término da licença	23	11
N.º total de trabalhadores que retornaram ao trabalho depois do término da licença e continuaram empregados doze meses após o retorno ao trabalho	23	11
Taxas de retorno ao trabalho e retenção de trabalhadores que tiraram licença	100%	100%

Tabela 25: Dados referentes à licença de maternidade/paternidade.

## GRI 402: RELAÇÕES DE TRABALHO

### **PRAZO MÍNIMO DE AVISO SOBRE MUDANÇAS OPERACIONAIS**

(402-1)

O prazo mínimo de aviso da implementação de mudanças operacionais significativas na SCMP está de acordo com os prazos previstos na lei, nomeadamente, oito (8) dias para transferências temporárias e trinta (30) dias para transferências definitivas.

Os prazos de aviso não se encontram especificados nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, devendo recorrer-se à lei geral do trabalho para os devidos efeitos.

## GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

### **SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE E NO TRABALHO**

(403-1)

A SCMP tem implementado um sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), no qual as atividades realizadas neste âmbito decorrem do cumprimento dos diplomas legais em vigor, nomeadamente da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual, e da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua redação atual.

Este sistema abrange todos os trabalhadores afetos a todas as UO, não sendo considerados os estágios profissionais. Estão excluídos os trabalhadores de empresas externas, que são responsáveis pela SST dos seus trabalhadores como, por exemplo, as empresas prestadoras de serviços de limpeza, alimentação, entre outras. Sempre que existam fatores de risco originados pelas atividades destas empresas prestadoras que possam colocar em risco a segurança e saúde dos trabalhadores da SCMP, estes são incluídos nos planos de prevenção e ações de mitigação implementadas.

Neste sentido, os trabalhadores têm ao seu dispor um endereço eletrónico que permite o reporte de questões relacionadas com a SST. A par deste mecanismo, no HP existe também um formulário online para o reporte de quase acidentes.

## **IDENTIFICAÇÃO DE PERIGOS, AVALIAÇÃO DE RISCOS E INVESTIGAÇÃO DE INCIDENTES**

(403-2)

A SCMP garante a qualidade dos processos de identificação de perigos e avaliação dos riscos através da utilização de metodologia própria, assente em modelo de método de matriz composta que engloba a identificação, análise e controlo de riscos profissionais. A aplicação desta metodologia é realizada por técnicos superiores de segurança no trabalho devidamente credenciados, com atualização científica regular, de acordo com a legislação em vigor.

A avaliação dos riscos profissionais é integrada no conjunto de atividades da SCMP, que adota as medidas adequadas de proteção. Assim, as medidas de segurança são programadas e integradas na gestão da Instituição, tendo em conta os princípios gerais da prevenção:

- a) Evitar os riscos;
- b) Avaliar os riscos que não possam ser evitados;
- c) Combater os riscos na origem;
- d) Assegurar que os postos de trabalho, equipamentos e métodos de trabalho não colocam em risco a segurança e saúde do trabalhador, relativamente à exposição a agentes físicos, químicos, biológicos e fatores de risco psicossociais;
- e) Adaptar o trabalho ao homem;
- f) Ter em conta a evolução da técnica e formas de organização do trabalho;

g) Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;

h) Priorizar as medidas de proteção coletiva em relação às medidas de proteção individual;

i) Elaborar e divulgar instruções adequadas aos trabalhadores.

Sempre que pertinente e útil, os trabalhadores podem comunicar perigos e/ou situações perigosas à sua chefia. Durante a atualização das avaliações dos riscos e em auditorias, os trabalhadores podem também comunicar perigos e/ou situações perigosas à equipa de SST.

Os trabalhadores são protegidos contra represálias através da Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho e do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho em vigor na SCMP.

A SCMP tem um conjunto de políticas no âmbito da SST que permitem mitigar os riscos profissionais e evitar acidentes de trabalho ou doenças profissionais, nomeadamente:

- Política de SST;
- Política para a Redução das Lesões Músculo-Esqueléticas;
- Política da Gestão do Stress e Bem-Estar;
- Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- Política de Prevenção e Resposta à Doença pelo Novo Coronavírus.

O processo de averiguação de acidentes de trabalho tem como objetivo eliminar as causas e evitar a recorrência de acidentes, sendo realizado através de inquérito com questionário. Os trabalhadores são inquiridos individualmente descrevendo os factos, podendo recolher-se registos fotográficos para elementos de prova. Se necessário, são inquiridas testemunhas. Deste inquérito podem surgir medidas corretivas tendo em conta os princípios gerais da prevenção.

## SERVIÇOS DE SAÚDE DO TRABALHO

(403-3)

O Serviço de Medicina no Trabalho destina-se a todos os trabalhadores e dirige a sua atividade aos fatores extrínsecos que influenciem o ambiente de trabalho e que afetam a sua segurança e saúde, destacando-se as seguintes atividades:

- Abertura e atualização do ficheiro clínico individual;
- Preenchimento das fichas de aptidão;
- Visita às instalações existentes para avaliação das condições gerais de trabalho e potenciais implicações na saúde dos trabalhadores;
- Exames médicos periódicos, de admissão e outros;
- Análise dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;
- Recolha e organização dos elementos estatísticos necessários;
- Apoio na informação e auxílio na formação sobre riscos para a saúde e sobre medidas de proteção e prevenção;
- Pedidos de consulta para trabalhadores por parte da sua chefia direta.

Os trabalhadores são convocados para consultas de forma periódica, em caso de certificados de incapacidade temporária iguais ou superiores a trinta (30) dias e após acidente de trabalho com ausência superior a trinta (30) dias. Qualquer trabalhador pode contactar o Serviço de Medicina no Trabalho para proceder à marcação de uma consulta, através do endereço [medicinadotrabalho@scmp.pt](mailto:medicinadotrabalho@scmp.pt), sendo-lhe prestado apenas um serviço de medicina preventiva, visto que não são prestados serviços de clínica geral.

## PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES, CONSULTA E COMUNICAÇÃO AOS TRABALHADORES REFERENTES A SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

(403-4)

É assegurada a participação e consulta aos trabalhadores no desenvolvimento da identificação de perigos e avaliação dos riscos em vários momentos, nomeadamente, durante auditorias de SST e durante o processo de atualização das avaliações dos riscos profissionais. Os trabalhadores são consultados sobre medidas de proteção e prevenção, programa e organização da formação, equipamento de proteção que seja necessário utilizar, riscos específicos das atividades, entre outros.

Anualmente é realizada uma consulta sobre necessidades de formação pela Academia da SCMP.

Em 2024 foi realizada uma consulta aos trabalhadores no âmbito da SST.

## CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

(403-5)

As necessidades de formação em matéria de SST têm origem no processo de gestão de formação da Academia da SCMP, nas avaliações dos riscos profissionais, na investigação de acidentes de trabalho, no cumprimento de requisitos legais e na consulta dos trabalhadores nesta matéria.

Em 2024 destacam-se as formações no âmbito da utilização de equipamentos de proteção individual, prevenção dos riscos biológicos, emergência interna, segurança contra incêndios, medidas de autoproteção e prevenção de lesões músculo-esqueléticas.

## PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

(403-6)

Os trabalhadores usufruem de benefícios exclusivos no HP, tendo acesso a várias especialidades médicas a preços mais reduzidos. Adicionalmente, também beneficiam de um seguro de saúde Multicare, que lhes permite aceder a consultas e tratamentos a preços mais reduzidos junto de prestadores de saúde incluídos na rede deste seguro.

A nível de serviços e programas oferecidos aos trabalhadores para promover a sua saúde, nomeadamente, para tratar de riscos não relacionados ao trabalho, o Serviço de Medicina no Trabalho disponibiliza:

- Administração de vacinas no âmbito da prevenção contra o vírus da hepatite B;
- Alerta de doenças sexualmente transmissíveis;
- Campanha de vacinação contra a gripe;
- Consultas de rastreio;
- Esclarecimento sobre hábitos dietéticos (sal, gorduras, açúcar, café e álcool);
- Prevenção de neoplasias do aparelho digestivo, próstata, pulmão, mama e colo uterino;
- Planos de prevenção contra tabagismo, alcoolismo, obesidade, dislipidemia, hipertensão arterial, diabetes e stress;
- Prevenção de sedentarismo, através do incremento à prática de atividade física;
- Promoção de medidas de higiene pessoal e coletiva.

## PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DIRETAMENTE VINCULADOS COM RELAÇÕES DE NEGÓCIOS

(403-7)

Existe na SCMP um Código de Conduta dos Fornecedores de Serviços Externos que obriga a que estes cumpram com a legislação de SST aplicável à sua organização e que tomem medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde dos trabalhadores, mitigando as causas dos perigos inerentes ao ambiente de trabalho.

A SCMP reserva-se o direito de verificar, a todo o tempo, se os seus fornecedores de serviços externos cumprem estas disposições.

## TRABALHADORES COBERTOS POR UM SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

(403-8)

Na Tabela 26 apresentam-se os dados referentes ao sistema de gestão de SST.

Descrição	Número	Percentual
Trabalhadores que estão cobertos pelo sistema	1.261	100%
Trabalhadores cobertos pelo sistema que tenha sido auditado internamente	1.261	100%
Trabalhadores cobertos pelo sistema que tenha sido certificado por uma entidade externa	0	0%

Tabela 26: Dados referentes ao sistema de gestão de SST.

O valor total apresentado (1.261) resulta da soma dos trabalhadores no último dia útil de cada mês de atividade no ano de referência, dividido pelo número de meses de atividade nesse ano. Caso o cálculo resulte num valor com casas decimais, considera-se o número inteiro seguinte.

As auditorias são realizadas com base em metodologias de avaliação dos riscos profissionais através do método NTP 330 e em metodologias de verificação da conformidade legal, tendo em conta todos os diplomas legais aplicáveis em vigor na área de SST.

## ACIDENTES DE TRABALHO

(403-9)

A Tabela 27 apresenta os dados sobre acidentes de trabalho.



Descrição	Total
Trabalhadores	
N.º de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
N.º de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0
N.º de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0
Os principais tipos de acidente de trabalho	Quedas ao mesmo nível; Esforços excessivos; Perfurações; Acidentes de trajeto; Agressão.
N.º de horas trabalhadas	2.029.328
Trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela SCMP	
N.º de óbitos resultantes de acidente de trabalho	Não aplicável
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	Não aplicável
N.º de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	Não aplicável
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	Não aplicável
N.º de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	Não aplicável
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	Não aplicável
Os principais tipos de acidente de trabalho	Não aplicável
N.º de horas trabalhadas	Não aplicável

Tabela 27: Indicadores sobre acidentes de trabalho.

Destaca-se que os índices apresentados foram calculados com base em 1.000.000 de horas trabalhadas.

No que respeita aos perigos que apresentam risco de acidentes de trabalho com consequência grave, estes foram identificados através da realização de avaliações de risco, nas quais foi possível identificar como principais perigos, designadamente: posicionamento, mobilização, transferência e transporte de utentes; exposição a material biológico; movimentação manual de cargas e trabalhos em altura; e utilização de equipamentos elétricos e de dispositivos médicos corto-perfurantes.

Por forma a eliminar estes perigos, bem como outros perigos não identificados, foram tomadas as seguintes medidas:

- Informação e formação;
- Proteção individual;
- Controlo e manutenção de instalações e equipamentos de trabalho;
- Melhorias ergonómicas nos equipamentos/mobiliário de trabalho;
- Proteção coletiva;
- Vigilância da saúde;
- Implementação de medidas técnicas de controlo;
- Implementação de dispositivos mecânicos para movimentação de cargas;
- Transporte e armazenagem adequados de agentes biológicos;
- Adequação/substituição do equipamento e mobiliário de trabalho.

## DOENÇAS PROFISSIONAIS

(403-10)

A Tabela 28 apresenta os dados sobre as doenças profissionais.

	Descrição	Total
Empregados	N.º de óbitos resultantes de doenças profissionais	0
	N.º de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória	0
	Principais tipos de doenças profissionais	0

Tabela 28: Indicadores sobre doenças profissionais.

É de notar que os trabalhadores que não são empregados (prestadores de serviços) não são alvo de avaliação.

Apesar dos fatores de risco profissional dos trabalhadores serem registados na ficha de aptidão para o trabalho, preenchida durante a consulta com o trabalhador, não foi possível apurar os perigos que apresentam risco de doenças profissionais.



# GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

## MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO POR ANO, POR TRABALHADOR

(404-1)

Apresenta-se, na Tabela 29, a média de horas de capacitação realizada pelos trabalhadores da SCMP durante 2024, discriminada pelo sexo e pela categoria profissional.

Descrição	Média de horas
Capacitação realizada pelos trabalhadores (N.º total de horas / N.º total de empregados)	13,9
Capacitação por mulheres (N.º total de horas oferecidas a trabalhadores do sexo feminino / N.º total de trabalhadores do sexo feminino)	14,6
Capacitação por homens (N.º total de horas oferecidas a trabalhadores do sexo masculino / N.º total de trabalhadores do sexo masculino)	11,7
Capacitação por categoria* - Administrativo	7,8
Capacitação por categoria - Chefia	50,9
Capacitação por categoria - Dirigente	19,0
Capacitação por categoria - Docente	2,2
Capacitação por categoria - Enfermeiro	27,0
Capacitação por categoria - Operário	0,3
Capacitação por categoria - Pessoal de Apoio	8,2
Capacitação por categoria - Pessoal Médico	23,8
Capacitação por categoria - Pessoal Técnico	7,1
Capacitação por categoria - Técnico Diagnóstico e Terapêutica	5,4
Capacitação por categoria - Técnico Superior	21,4
Capacitação por categoria - Técnico Superior de Saúde	13,6

\*Nota: Calculada através da divisão entre o número total de horas de capacitação oferecida a cada categoria profissional e o número total de trabalhadores na categoria profissional.

Tabela 29: Média de horas de capacitação para os trabalhadores, discriminada por sexo e por categoria profissional.

## PROGRAMAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DE COMPETÊNCIAS DOS TRABALHADORES E DE ASSISTÊNCIA PARA TRANSIÇÃO DE CARREIRA

(404-2)

Na SCMP existem programas implementados para aperfeiçoar as competências dos seus trabalhadores, nomeadamente, formação de qualificação interna e externa, de aperfeiçoamento e formação avançada de especialização. Estes programas são disponibilizados de modo a que os trabalhadores possam frequentá-los em horário laboral, para além de também serem disponibilizados apoios financeiros para a dita frequência.

A atribuição do Estatuto Trabalhador-Estudante é outra forma de promover a aquisição e aperfeiçoamento de competências, tendo usufruído deste estatuto trinta e sete (37) trabalhadores.

Ao nível de programas oferecidos de assistência para transição de carreira, existe o planeamento de pré-aposentadoria para quem se pretende aposentar ou rescindir o contrato de trabalho. Usufruíram desta medida nove (9) trabalhadores.

## PERCENTUAL DE TRABALHADORES QUE RECEBEM AVALIAÇÕES REGULARES DE DESEMPENHO E DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA

(404-3)

O percentual do total de trabalhadores que recebeu avaliação de desempenho em 2024 foi de 87,2 %, 23,5 % correspondem a trabalhadores do sexo masculino e 76,5 % do sexo feminino. Os restantes 12,8 % correspondem à gestão de topo, Direções/Coordenações dos SPeC e Administradores, bem como todos os trabalhadores que não perfizeram seis meses de trabalho efetivo no decorrer do ano.

Na Figura 8, apresenta-se a distribuição do total de trabalhadores que recebeu avaliação regular de desempenho, pelo tipo de categoria profissional.

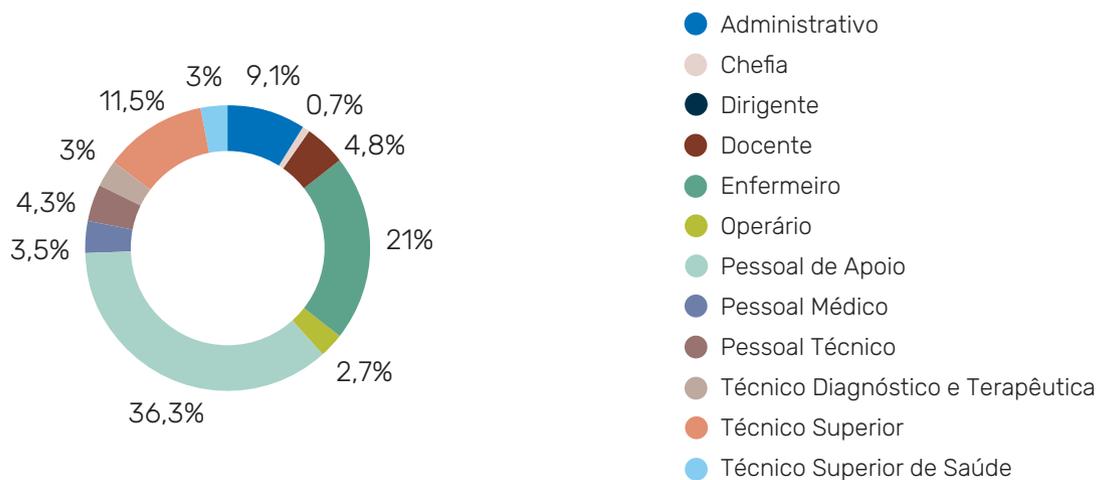


Figura 8: Distribuição percentual da avaliação de desempenho regular recebida, por categoria profissional.

# GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

## DIVERSIDADE EM ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA E COLABORADORES

(405-1)

O percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da SCMP é de 4%. Apresenta-se, na seguinte figura, a respetiva distribuição por sexo e por faixa etária.

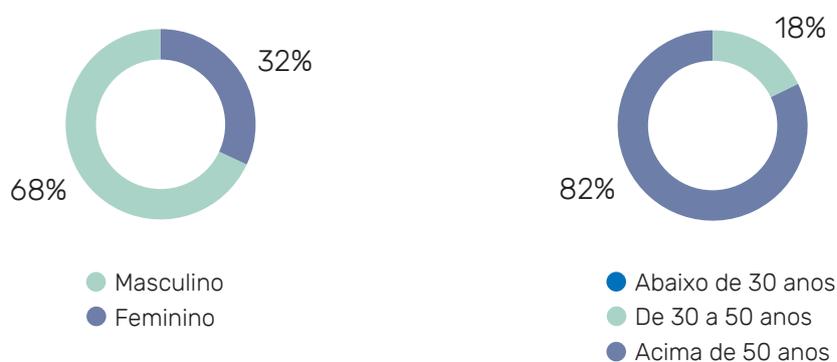


Figura 9: Distribuição percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança por sexo e por categoria profissional.

No que diz respeito ao percentual de novos trabalhadores por categoria profissional, a Tabela 30 apresenta a sua distribuição por sexo e por faixa etária.

Categoria profissional	Sexo (%)		Faixa etária (%)		
	Feminino	Masculino	< 30 anos	30 ≤ x ≤ 50 anos	> 50 anos
Administrativo	4,0	2,0	2,7	1,3	2,0
Chefia	0	0	0	0	0
Dirigente	0	0	0	0	0
Docente	4,7	0	1,3	3,3	0
Enfermeiro	22,0	2,7	20,0	4,0	0,7
Operário	0	1,3	0	1,3	0
Pessoal de Apoio	34,0	7,3	16,0	20,0	5,3
Pessoal Médico	1,3	2,0	0	3,3	0
Pessoal Técnico	0	2,0	2,0	0	0
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	2,0	0	2,0	0	0
Técnico Superior	6,7	6,7	8,7	4,7	0
Técnico Superior de Saúde	1,3	0	0	1,3	0

Tabela 30: Distribuição de novos trabalhadores por sexo e por faixa etária.

Descrição	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Administrativo	1,50	1,62
Chefia	1,50	1,43
Dirigente	1,01	3,19
Docente	1,55	1,85
Enfermeiro	2,26	2,65
Operário	1,14	1,41
Pessoal de Apoio	1,17	1,26
Pessoal Médico	5,89	7,53
Pessoal Técnico	1,45	1,46
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	2,0	2,39
Técnico Superior	1,77	2,24
Técnico Superior de Saúde	1,75	4,69

Tabela 31: Proporção entre o salário-base e a remuneração, por sexo, para cada categoria profissional.

### PROPORÇÃO ENTRE O SALÁRIO-BASE E A REMUNERAÇÃO RECEBIDOS PELAS MULHERES E PELOS HOMENS

(405-2)

Apresenta-se na Tabela 31 a proporção entre o salário-base (valores da tabela salarial, de acordo com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho referidos no GRI 2-20) e a remuneração recebida pelos trabalhadores do sexo feminino e masculino, para cada categoria profissional.

# GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO

---

## **CASOS DE DISCRIMINAÇÃO E MEDIDAS CORRETIVAS TOMADAS**

(406-1)

Durante 2024, existiram duas participações de casos que poderiam configurar discriminação racial. Após a participação dos dois trabalhadores visados, a SCMP procedeu à instauração de um processo disciplinar ao trabalhador que alegadamente praticou os atos, não tendo sido possível lograr a obtenção de provas da prática dos factos imputados, tendo tido como consequência o arquivamento do processo.

# GRI 407: LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

---

## **OPERAÇÕES E FORNECEDORES EM QUE O DIREITO À LIBERDADE SINDICAL E À NEGOCIAÇÃO COLETIVA PODE ESTAR EM RISCO**

(407-1)

A SCMP cumpre a lei relativamente à dispensa do número de horas mensais (cinco horas) para os trabalhadores que são delegados sindicais cumprirem a sua função, pelo que todos os trabalhadores têm direito à liberdade sindical.

Não se verificaram operações nem fornecedores em que o direito dos trabalhadores de exercer liberdade sindical ou negociação coletiva foi violado ou existiu risco significativo de violação.

# GRI 408: TRABALHO INFANTIL

---

## **OPERAÇÕES E FORNECEDORES COM RISCO SIGNIFICATIVO DE CASOS DE TRABALHO INFANTIL**

(408-1)

A SCMP tem como política a contratação de trabalhadores com dezoito (18) ou mais anos de idade, pelo que não celebra contratos com menores, nem mesmo com aqueles cuja idade seja permitida legalmente.

Não se verificaram operações nem fornecedores que podem apresentar riscos significativos de trabalho infantil e de trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso.

# GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

---

## **OPERAÇÕES E FORNECEDORES COM RISCO SIGNIFICATIVO DE CASOS DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO A ESCRAVO** (409-1)

A SCMP cumpre a legislação laboral e respeita os direitos humanos dos trabalhadores, pelo que repudia todas as formas de trabalho forçado ou análogo a escravo.

Não se verificaram operações nem fornecedores que pudessem apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho forçado ou análogo a escravo.

# GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA

---

## **PESSOAL DE SEGURANÇA CAPACITADO EM POLÍTICAS OU PROCEDIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS** (410-1)

Em 2024, as funções de segurança foram totalmente assumidas por uma empresa externa, sendo da competência da mesma assegurar a respetiva capacitação.

# GRI 411: DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS

---

## **CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS** (411-1)

Não aplicável – Não existem povos indígenas que residam nas proximidades das operações da SCMP ou que tenham interesse nas mesmas.

# GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS

## **OPERAÇÕES COM ENVOLVIMENTO, AVALIAÇÕES DE IMPACTO E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO VOLTADOS À COMUNIDADE LOCAL**

(413-1)

Em 2024, continuou a não existir informações compiladas que possibilitem calcular a percentagem de operações em que foram implementadas operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local. No entanto, foi igualmente possível indicar as principais operações onde se verificaram.

Ao nível das avaliações de impacto ambiental, destaca-se o CIAD, que através da análise das faturas da água verificou que existiu uma redução do consumo de água devido à alteração do sistema de rega para automático, referido anteriormente no GRI 303-1, embora não seja possível quantificar essa redução.

Relativamente aos programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais, bem como aos planos de envolvimento de partes interessadas baseados no mapeamento das mesmas, podem ser observados na Tabela 32 os indicadores apurados.



Descrição	Total
Ações de formação com cariz educativo sobre ações de conservação do património	-
Ações do GASPORTO no CAS	208
Ciclo de Ações de Sensibilização sobre Violência Doméstica	6
Ações no âmbito dos Cidadãos de Primeira - Eixo 4 - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)	48
Desenvolvimento de atividades de promoção cultural e divulgação da história da SCMP dentro e fora de portas, com visitas dos utentes do DI	-
Desenvolvimento de programas multidisciplinares em escolas na área metropolitana do Porto sobre o tema "Liberalismo", entre outros	-
Destaque expositivo da "Farmácia Moreno" - no âmbito da promoção cultural local foram comemorados os 220 anos da farmácia, tendo sido dado um novo palco à coleção de uma das farmácias mais antigas da cidade	-
Disponibilização de atividades de culto e culturais à comunidade interna e externa, nomeadamente de apoio espiritual	-
Disponibilização de talhões na horta do PAM, no âmbito da participação no projeto Horta à Porta da Lipor	230
Disponibilização do serviço de restauro a instituições, grupos organizados ou à população em geral, permitindo a preservação do património cultural	-
Existência de um Complexo Habitacional, com valores do arrendamento inferiores aos do mercado	1
Programas de desenvolvimento local	
Projeto de limpeza das praias	1
Parceria do MMIPO com o Museu do Tesouro Real para acréscimo de conhecimento da comunidade académica, através de um espólio que conta a mesma história, partindo de outro local e outras peças	1
Projeto Euterpe	50 participações
Projeto Incorpora	774 sinalizações
Projeto Intervenção Artística	13 ações
Projeto Sempre Acompanhados	165 acompanhamentos
Projeto Shotgun	24 ações
Protocolo Humaniza	3.201 acompanhamentos
Protocolos teleassistência - Chave de Afetos	1.243 acompanhamentos
Recolha de alimentos para o programa Banco Alimentar contra a fome, brinquedos e roupas e ração para animais.	1
Reencaminhamento para acompanhamento psicológico, no âmbito do Projeto SHIELD.	3
Visita dos alunos do CNSE à ERPI São Lázaro para realização da atividade "Cantar as Janeiras".	-
Visitas de escolas do primeiro ciclo para demonstração do funcionamento e das atividades realizadas no HP.	3

Descrição	Total
"Caminhada pela Inclusão", com a participação de utentes do CIAD, cujo percurso foi testado por pessoas com diversos tipos de dificuldades, de modo a ser o mais acessível possível para toda a comunidade	1
Atividades realizadas na comunidade com utentes	140
Convites efetuados a instituições externas - Prision Yoga Projet, Federação Portuguesa de Rugby, Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Porto e Associação de Estudantes do ISCAP e alunos do curso Técnico Especialista em Exercício Físico da Bwizer - para a realização de atividades com reclusas	-
Aulas do curso de literacia e informática	76
Disponibilização do espaço do PAM para a realização da formação "Reciclagem de A.B", que contou com a presença de mais de 200 participantes	28 participantes da horta do PAM
Disponibilização dos jardins da CP para visitas pela comunidade	1.660
Disponibilização gratuita da documentação histórica, para consulta presencial e/ou em suporte digital, estando o inventário do Arquivo histórico da SCMP disponível online	219
Exposição "Leges Artis: o gesto clínico pelo olhar da arte", que contou com 29 trabalhos de pintura de alunos do Mestrado em Artes Plásticas da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto exposto no HP	1
Exposição da escultura "O Mar de Todos Nós" no HP, elaborada pela artista Marita Setas Ferro e produzida por 25 "crocheteiras" da iniciativa "OlhóNobelo"	1
Formações em compostagem caseira e agricultura biológica, em parceria com a Lipor, para os novos utilizadores das hortas do PAM	2 ações, com um total de 33 formandos em cada
Participação no projeto "Charcos com Vida", do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, para realização da amostragem de uma espécie de libelinhas no charco do PAM	-
Participação no projeto de "Anilhagem Científica de Aves Selvagens", a convite da Câmara Municipal do Porto, para realização de amostragem das aves na horta do PAM	-
Participação no projeto de reciclagem de rolhas de cortiça "Green Cork", promovida pela Quercus, com o objetivo de permitir a sua reciclagem e financiar a plantação de árvores autóctones em Portugal	-
Programas de Reabilitação Psicossocial - Transição para a Vida Ativa, totalizando 425 sessões	9
Ações no âmbito do projeto "Elo"	2
Ações no âmbito do projeto "O Porto é Lindo!"	2
Realização de workshops de oferta cultural à cidade, com profissionais da área cultural que procuram o MMIPO para oferecer o seu conhecimento	-
Visita de um infantário de Freixo Espada à Cinta à QA	1
Deslocação das reclusas ao Teatro Seiva Trupe	-
Palestras sobre variados temas, nomeadamente "Química, filosofia e a própria vida", "Arqueologia vai à escola", desenvolvimento pessoal e sobre o 25 de Abril	4
Atuação da turma de educação musical do EPSCB-F na creche do mesmo	-
Realização de ações, sessões e reuniões no âmbito da promoção da leitura nas reclusas	-
Seleção de reclusas para integrar o Programa de Reabilitação Psicossocial	155

Tabela 32: Compilação dos programas de desenvolvimento local e dos planos de envolvimento das partes interessadas.

Ainda no âmbito dos planos de envolvimento de partes interessadas, destaca-se a atividade prestada junto das reclusas. Embora as valências existentes sejam estabelecidas por lei e

pelo protocolo em vigor, detalham-se na Tabela 33 alguns indicadores da atividade prestada.

Orgãos	N.º de Reuniões
N.º de ações de educação permanente em saúde realizadas	8
Percentual de concretização das ações agendadas no Plano de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença	89 %
N.º de grupos terapêuticos efetuados no âmbito do programa de prevenção de recaída - Álcool	1
Proporção de utentes com consumos de drogas ilícitas há menos de um ano, inseridas no programa de controlo de consumos de drogas ilícitas	100 %
N.º de grupos terapêuticos efetuados no âmbito do programa de prevenção de recaída - drogas ilícitas	1
Proporção de utentes com patologia infecciosa em seguimento por infeciologia no Serviço Nacional de Saúde	100 %
Proporção de utentes com HIV sob terapêutica dirigida em curso	100 %
Proporção de utentes que têm a vacina antitetânica atualizada	80 %
Proporção de utentes admitidas no ano em apreço com inquérito de sintomas da tuberculose	100 %
Proporção de utentes hipertensos presentes a 31/12 com 2 consultas médicas de vigilância cardiovascular no ano em apreço	98 %
Proporção de diabéticos com acompanhamento adequado	94 %
Percentagem de mulheres entre os 25 e 60 anos com colpocitologia atualizada (1 nos últimos 3 anos)	87 %
Percentagem de mulheres entre os 50 e 69 anos com registo de mamografia nos últimos dois anos	64 %
Taxa de utilização de consultas médicas ou de enfermagem em planeamento familiar	59 %
Índice de acompanhamento adequado em saúde materna e revisão do puerpério	100 %
Proporção de crianças com consultas médicas de vigilância de saúde infantil conforme definido no Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil	100 %
Proporção de utentes internadas com planificação de cuidados e registos de intervenções	100 %

Tabela 33: Indicadores de atividade no EPSCB-F.

Tendo em consideração conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança do trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para

discutir impactos, na Tabela 34 encontram-se destacadas as reuniões realizadas no decorrer de 2024:

Órgãos	Nº de reuniões
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, no âmbito da Violência Doméstica	2
Contrato Local de Desenvolvimento Social de Lordelo do Ouro e Massarelos	1
Contratos Locais de Segurança	2
Coordenação do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	4
Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, nas quais doze (12) reuniões com o Núcleo Executivo e cinco (5) com o NPISA (Plenário)	17
Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos	15
Proinfância	3
Projeto Sempre Acompanhados	2
Rede Social do Porto	11

Tabela 34: Compilação dos conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança do trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos.

Por fim, é de referir que não se registaram avaliações de impacto social, inclusive avaliações de impacto de género, com base em processos participativos, nem processos formais de queixas por parte de comunidades locais.

#### **OPERAÇÕES COM IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS - REAIS E POTENCIAIS - NAS COMUNIDADES LOCAIS (413-2)**

Em 2024 registou-se um impacto negativo na Rua das Flores, resultante do som emitido pelos sinos da torre da Igreja Privativa. Neste sentido, e a pedido do hotel onde se verificou a queixa, procedeu-se ao desligar dos sinos.

# GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

## NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS SOCIAIS

(414-1)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais, visto que não é tido como principal critério.

## IMPACTOS SOCIAIS NEGATIVOS DA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS

(414-2)

Na Tabela 35 apresentam-se os dados referentes à análise dos fornecedores no que respeita a impactos sociais negativos.

Indicador	Total
N.º de fornecedores avaliados em relação aos impactos sociais	0
N.º de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos reais e potenciais	0
Impactos sociais negativos significativos (reais e potenciais) identificados na cadeia de fornecedores	Não identificados
Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos (reais e potenciais), com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada	0%
Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos significativos (reais e potenciais), com os quais a organização encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento	0%

Tabela 35: Análise dos fornecedores quanto a impactos sociais negativos.

# GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS

## CONTRIBUIÇÕES POLÍTICAS

(415-1)

O valor total monetário de contribuições políticas, financeiras ou de outra natureza, feitas direta e indiretamente pela SCMP foi de 0 €

# GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR

## **AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA SAÚDE E SEGURANÇA CAUSADOS POR CATEGORIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

(416-1)

O percentual de categorias significativas de produtos e serviços para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança em prol de melhorias foi de 100 % no HP.

## **CASOS DE NÃO CONFORMIDADE EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA SAÚDE E SEGURANÇA CAUSADOS POR PRODUTOS E SERVIÇOS**

(416-2)

Não foram identificados casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços durante 2024.

# GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM

## **REQUISITOS PARA INFORMAÇÕES E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

(417-1)

Em 2024, não foram identificados procedimentos relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços que contemplem exigências ao nível da origem de componentes do produto ou serviço. Por esta razão, não foi possível apurar a percentagem de categorias relevantes de produtos ou serviços avaliados quanto à conformidade com esses procedimentos.

Contudo, existe o manual de normas para utilização das marcas e submarcas da SCMP, excluindo o HP e CHCF, que deve ser consultado para a elaboração de comunicações internas, externas e por terceiros.

## **CASOS DE NÃO CONFORMIDADE EM RELAÇÃO A INFORMAÇÕES E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

(417-2)

Não foram identificados casos de não conformidades com leis em relação a informações e rótulos para comunicação de serviços e produtos que tenham resultado em multas, penalizações e advertências, nem com códigos voluntários.

## **CASOS DE NÃO CONFORMIDADE RELACIONADOS COM A COMUNICAÇÃO DE MARKETING**

(417-3)

Não foram identificados casos de não conformidade com leis em relação a comunicação de marketing que tenham resultado em multas, penalizações e advertências, nem com códigos voluntários.

# GRI 418: PRIVACIDADE DO CLIENTE

## QUEIXAS COMPROVADAS RELATIVAS A VIOLAÇÃO DA PRIVACIDADE E PERDA DE DADOS DE CLIENTES

(418-1)

Na seguinte tabela apresenta-se a quantificação de queixas relativas à violação da privacidade de titulares de dados e de fugas, furtos ou perdas de dados.

Indicador	Valor
N.º total de queixas relativas a violação da privacidade de titulares de dados recebidas de partes externas e comprovadas pela SCMP	1
N.º total de queixas relativas a violação da privacidade de titulares de dados de agências reguladoras	0
N.º total de fugas, furtos ou perdas identificadas relativas a dados dos titulares	3

Tabela 36: Quantificação de queixas relativas a violação da privacidade de titulares de dados e de fugas, furtos ou perdas de dados.



# CONCLUSÃO

---

Em conformidade com as normas de reporte GRI, este relatório vem renovar, mais uma vez, o compromisso da SCMP com a transparência para com as suas partes interessadas. Assim, neste documento encontra-se consolidado o trabalho realizado nas três dimensões da sustentabilidade - económica, social e ambiental - proporcionando uma melhor compreensão da sua evolução, desempenho, dificuldades e impactos em 2024.

Ao longo do documento foram evidenciados compromissos e medidas, bem como os estabelecidos em anos anteriores e que ainda se verificam, que vão ao encontro dos objetivos definidos na Estratégia de Sustentabilidade 2022-2025 da SCMP, apresentada no GRI 3. Estes compromissos e medidas vão para além daquilo que está definido nos protocolos de cooperação e outros instrumentos gerais e institucionais aplicáveis em vigor. São exemplos de iniciativas tomadas para ir ao encontro das medidas definidas na estratégia o aumento do parque habitacional, a

criação do CAC, a sensibilização das partes interessadas para a adoção de práticas mais sustentáveis, entre outras.

Os resultados apresentados vão mais além de todo o processo de elaboração do relatório, na medida em que potenciaram a reflexão sobre os temas abordados, contribuindo para uma maior consciencialização institucional.

**Coordenação**

Gabinete de Marketing e Comunicação  
comunicar@scmp.pt

**Revisão**

Casa da Prelada

**Design Gráfico**

Gabinete de Marketing e Comunicação  
by B+ comunicação

**Fotografia**

Gabinete de Marketing e Comunicação  
by Easyphoto

**Impressão**

Centro Professor Albuquerque e Castro by AJNET  
cpac@scmp.pt

**2025**





Rua Joaquim de Vasconcelos, 79  
4050-311 Porto

T +351 220 924 422  
[scmp@scmp.pt](mailto:scmp@scmp.pt)  
[www.scmp.pt](http://www.scmp.pt)